

# Vital Engenharia Ambiental S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente nº 243IE-014-PB

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021	17

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Vital Engenharia Ambiental S.A., submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

## Relatório da Administração

### Perfil do Grupo

A Vital Engenharia Ambiental S/A é uma das maiores empresas de Gestão de Resíduos Sólidos do Brasil e da América Latina. Utilizando tecnologia de ponta e acreditando no potencial de realização dos seus colaboradores, a empresa oferece uma plataforma completa e integrada de gestão dos serviços de resíduos sólidos, para atender diariamente e com excelência mais de 14 milhões de pessoas. A Vital acredita que a preservação do Meio Ambiente é fundamental e, por isso, todas as suas operações seguem os mais altos padrões de proteção ambiental contidos na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS).

### Missão

Preservar os recursos naturais e satisfazer nossos clientes, por meio da gestão de resíduos e atividades correlatas, com qualidade, tecnologia de ponta, disponibilidade de investimentos e valorização socioambiental, atendendo às expectativas dos acionistas.

### Nossos Valores

TRABALHO: O valor que enobrece e dignifica;

CONFIABILIDADE: Honrar os compromissos;

QUALIDADE: O que precisa ser feito, tem que ser bem-feito;

LEALDADE: Integrar-se com profissionalismo e comprometimento;

INTEGRIDADE: As ações da empresa e de seus colaboradores devem refletir e inspirar a legalidade e a ética profissionais;

### Sustentabilidade Ambiental

Compromisso diário de contribuir para a construção de um mundo melhor, por meio da preservação do meio ambiente, visando as presentes e futuras gerações.

### Nosso Negócio

O Grupo Vital encerrou o ano de 2023 com uma ampla atuação no Brasil. A Empresa detém 10 contratos de concessão e possui operação em 12 Centrais de Tratamento de Resíduos. Além disso, o Grupo Vital possui mais de mil equipamentos próprios que são utilizados na prestação dos serviços, oferece aos seus clientes uma plataforma completa e integrada de Gestão de Resíduos Sólidos, atuando em toda a cadeia de processos, desde a coleta, transporte, triagem, tratamento, valorização e destinação final dos resíduos.

### Desempenho Operacional

O Grupo Vital, durante o ano de 2023 coletou e transportou 3,19 milhões de toneladas de resíduos, e processou em suas Centrais de Tratamento de Resíduos (CTRs), aproximadamente, 4,65 milhões de toneladas de resíduos. Da decomposição dos resíduos gerados nas CTRs, foram captados aproximadamente 24,5 mil m<sup>3</sup>/h de biogás, que permitem o fornecimento de insumo para geração de 45 Mwh de Energia, bem como, evita a emissão em torno de 1 milhão de toneladas de carbono na atmosfera.

Em relação aos novos projetos, destaca-se a conclusão das obras e o início da operação da Central de Tratamento de Resíduos localizada em Águas Lindas-GO, através da empresa Central de Gerenciamento Ambiental Baru. Essa unidade tem capacidade para receber 1,5 mil toneladas de resíduos por dia, visando atender às cidades localizadas no entorno do Distrito Federal, assim como, uma solução alternativa para garantir a destinação final de parte dos resíduos gerados no GDF. Ressaltamos também, a consolidação da Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã como uma importante solução para a destinação dos resíduos no norte do Estado do Espírito Santo.

#### Desempenho Financeiro

O Grupo Vital ampliou sua capacidade de geração de resultado, gerando um lucro líquido no valor de R\$ 264 milhões. A Companhia manteve sua baixa alavancagem, possuindo dívida líquida negativa em R\$ 61 milhões. Os investimentos totalizaram R\$ 56 milhões no ano de 2023, principalmente focados no cumprimento de marcos contratuais, renovação da frota de algumas operações, e construção de novos ativos e projetos.

#### Desenvolvimento Social

A Vital intensificou as atividades de conscientização ambiental, especialmente com relação à coleta reciclável, além das ações de sensibilização já desenvolvidas com o público estudantil. A Companhia também contribuiu com diversos projetos sociais que impactaram positivamente as comunidades próximas às suas operações. O Grupo Vital também apoia diversas ações culturais, sociais e esportivas.

#### Programa de Compliance

O programa de Compliance da Companhia tem como principal objetivo a promoção da integridade em todas as suas operações e interações. Durante o ano de 2023, foram organizados comitês de integridade para fortalecer nossos esforços nessa área e no segmento de atuação.

Como medidas para garantir a conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis, a Companhia e suas controladas atuaram fortemente no segmento, com práticas comuns envolvendo sua cadeia de parceiros de negócios fomentando práticas como:

- Políticas e Procedimentos Internos;
- Treinamento e Conscientização;
- Monitoramento e Auditoria;
- Gestão de Riscos e Conformidade com Regulamentações Específicas;
- Participação de forma ativa nas entidades setoriais;
- Relatórios Trimestrais e Documentação;
- Divulgação dos Canais de Denúncia e do Código de Ética.

Todas estas medidas têm como propósito promover uma cultura ética dentro e fora da organização, e ainda, um maior engajamento dos nossos parceiros de negócios.

#### Segurança e Meio Ambiente

O Grupo Vital adota práticas e procedimentos para proporcionar aos seus colaboradores um ambiente seguro e com saúde, investindo em ações e equipamentos que minimizem riscos à saúde e à segurança do trabalho.

Os riscos ambientais, e eventuais impactos negativos proporcionados pelas atividades administrativas e operacionais, são mitigados de acordo com legislação pertinente e/ou exigência técnica estabelecida.

#### Agradecimentos

A Administração agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial, expressa seu reconhecimento e agradecimento aos seus mais de 10 mil colaboradores, pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade e confiabilidade na prestação dos nossos serviços. Todas as conquistas de 2023 só foram possíveis pelo incansável trabalho em equipe de todo o time da Companhia.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2024.

**A Administração.**

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor Independente

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores da Companhia declaram que: (a) revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, acompanhadas das Notas Explicativas; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., emitido em 2 de abril de 2024, sobre as Demonstrações Contábeis referentes a 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2024.

Antonio Carlos Ferrari Salmeron

Ricardo Mota de Farias

Hudson Bonno

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)  
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Vital Engenharia Ambiental S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da Vital Engenharia Ambiental S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita - Nota Explicativa nº 21

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21, a Companhia reconheceu, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, receitas líquidas nos montantes de R\$ 479.341 mil e R\$ 2.148.456 mil em 31 de dezembro de 2023, R\$ 395.296 mil e R\$ 1.720.820 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 388.823 mil e R\$ 1.386.673 mil em 31 de dezembro de 2021, respectivamente. As receitas operacionais da Companhia e suas controladas são compostas substancialmente por receitas prestação de serviços de coleta, destinação final e gestão integrada dos serviços de limpeza pública de determinados municípios firmados por meio de contrato de concessão pública e/ou de parceria público-privada. Tais receitas são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços, cumprindo, desta forma, a obrigação de performance contratual.

Esse assunto foi considerado relevante e uma área de risco em nosso processo de auditoria devido à magnitude dos montantes envolvidos e dos controles existentes para determinação das receitas, envolvendo processo e controles de medições, entre outros. Em função desses aspectos, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

### Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- avaliação do desenho da estrutura dos principais controles internos relacionados aos processos de iniciação, autorização, medição, faturamento, registro e conciliação das receitas;
- seleção, em base amostral, de contratos de prestação de serviços para análise das condições acordadas, atendimento às obrigações de desempenho, preço, prazo, entre outros;
- realização de testes quanto ao reconhecimento da receita, incluindo a verificação do cumprimento das obrigações de desempenho contratadas com base nas evidências das prestações de serviços e medições auferidas e aprovadas;
- realização de testes, em base amostral, de liquidação financeira para clientes para os quais possuíam saldo em aberto em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021;
- avaliação da integridade do relatório de contas a receber por idade de vencimento (*aging-list*) através da análise de documentos comprobatórios (notas fiscais, faturas, duplicatas, recebimentos etc.);
- realização de procedimentos analíticos mensais para obtenção do entendimento das principais oscilações e movimentações mensais ocorridas durante os exercícios;
- avaliação se as divulgações nas notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos realizados, concluímos que as premissas, critérios e metodologias utilizados pela Companhia para o registro das receitas operacionais são razoáveis, estando, as informações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria, no contexto daquelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideradas em conjunto.

## Ênfase

### Reapresentação das demonstrações contábeis dos valores correspondentes aos exercícios anteriores

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.q, a Companhia está em processo de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Conseqüentemente, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram alteradas e estão sendo reapresentadas para atender as normas expedidas pela CVM aplicáveis aos emissores de valores mobiliários. Em 31 de março de 2023 emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com limitação de escopo relacionado a ajuste realizado por controlada no percentual de alocação dos serviços remunerados pelo Poder Concedente baseado em negociações não formalizadas entre a investida e o Poder Concedente (assunto endereçado e sem impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ora apresentadas) e, em 31 de março de 2022 emitimos relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sem ressalvas, que ora estão sendo reapresentadas para atendimento das normas expedidas pela CVM. Conseqüentemente, o presente relatório, que incorpora nossa opinião de auditoria sobre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, substitui os relatórios anteriormente emitidos.

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de abril de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos  
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora			Passivo	Nota	Consolidado			Controladora					
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado					
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021			31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021			
<b>Circulante</b>																		
Caixa e equivalentes de caixa	4	236.322	228.278	245.059	49.468	71.345	10.142	Fornecedores	12	68.670	65.323	56.238	25.968	17.863	16.109			
Aplicações financeiras vinculadas	5	16.390	12.505	36.494	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	13	106.389	78.074	79.018	44.337	11.106	3.154			
Contas a receber de clientes	6	396.025	242.346	307.097	63.188	54.339	65.480	Obrigações tributárias	14	14.586	25.085	21.459	4.076	4.809	3.565			
Estoque		24.384	19.104	16.667	5.803	4.386	3.569	Dividendos a pagar	20.f	7.912	4.257	2.972	7.912	4.257	2.972			
Impostos a recuperar	7	58.503	39.260	38.507	35.040	22.483	16.910	Partes relacionadas	8	27.740	39.657	27.814	-	-	-			
Partes relacionadas	8	-	480	199	66.334	68.525	1.346	Salários e obrigações sociais	15	98.431	90.022	81.920	35.147	31.166	28.966			
Outros créditos	9	18.664	11.168	9.734	6.172	6.749	4.653	Ônus da concessão	17	5.621	8.696	6.973	-	-	-			
		<u>750.288</u>	<u>553.141</u>	<u>653.757</u>	<u>226.005</u>	<u>227.827</u>	<u>102.100</u>	Outras contas a pagar		<u>2.920</u>	<u>2.073</u>	<u>5.945</u>	<u>593</u>	<u>531</u>	<u>395</u>			
										<u>332.269</u>	<u>313.187</u>	<u>282.339</u>	<u>118.033</u>	<u>69.732</u>	<u>55.161</u>			
<b>Não circulante</b>								<b>Não circulante</b>										
Contas a receber de clientes	6	866.695	635.464	622.043	108.659	113.525	119.946	Fornecedores	12	29.196	32.262	38.654	1.842	1.844	3.767			
Aplicações financeiras vinculadas	5	49.275	34.625	21.937	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	13	118.547	116.420	109.449	97.019	56.716	3.310			
Partes relacionadas	8	5.241	5.241	3.101	11.074	7.982	7.982	Adiantamento de clientes	6	58.752	61.143	235.477	-	-	-			
Depósitos judiciais	17	105.200	93.143	73.254	52.449	50.244	38.989	Partes relacionadas	8	33.790	35.168	1.495	8.193	8.193	1.237			
Outros créditos	9	10.016	6.968	13.168	3.096	5.489	3.546	Tributos diferidos	16	313.879	120.701	54.113	24.474	24.229	25.324			
		<u>1.036.427</u>	<u>775.441</u>	<u>733.503</u>	<u>175.279</u>	<u>177.240</u>	<u>170.463</u>	Obrigações sociais	15	42.952	38.421	35.722	-	-	-			
Investimentos								Ônus da concessão	17	44.392	-	-	-	-	-			
Controladas e coligadas	10	25.057	25.418	20.978	592.258	426.641	502.748	Provisão para riscos judiciais	18	78.914	97.231	59.306	12.007	37.337	19.513			
Outros investimentos		1	1	1	1	1	1	Provisão para desmobilização de aterros	19	33.887	25.582	18.828	3.764	5.429	6.197			
		<u>25.058</u>	<u>25.419</u>	<u>20.979</u>	<u>592.259</u>	<u>426.642</u>	<u>502.749</u>	Provisão para perda de investimentos	10	3.870	4.274	-	3.870	4.274	1.078			
Imobilizado	11	354.587	371.219	279.004	90.578	101.886	27.817			<u>758.179</u>	<u>531.202</u>	<u>553.044</u>	<u>151.168</u>	<u>138.022</u>	<u>60.426</u>			
Intangível		7.728	7.848	9.232	925	925	925	<b>Patrimônio Líquido</b>	20									
		<u>1.423.800</u>	<u>1.179.927</u>	<u>1.042.718</u>	<u>859.040</u>	<u>706.693</u>	<u>701.954</u>	Capital social		196.203	196.203	196.203	196.203	196.203	196.203			
								Reserva de capital		21.566	21.566	21.566	21.566	21.566	21.566			
								Reserva legal		39.240	39.240	39.240	39.240	39.240	39.240			
								Reservas de lucros		469.969	343.236	288.581	469.969	343.236	288.581			
								Dividendos adicionais propostos		42.088	79.743	96.099	42.088	79.743	96.099			
								Ajuste de avaliação patrimonial		46.778	46.778	46.778	46.778	46.778	46.778			
								Participação de controladores		815.844	726.766	688.467	815.844	726.766	688.467			
								Participação de não controladores		267.796	161.913	172.625	-	-	-			
										<u>1.083.640</u>	<u>888.679</u>	<u>861.092</u>	<u>815.844</u>	<u>726.766</u>	<u>688.467</u>			
Total do Ativo		<u>2.174.088</u>	<u>1.733.068</u>	<u>1.696.475</u>	<u>1.085.045</u>	<u>934.520</u>	<u>804.054</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>2.174.088</u>	<u>1.733.068</u>	<u>1.696.475</u>	<u>1.085.045</u>	<u>934.520</u>	<u>804.054</u>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

Notas	Consolidado			Controladora			
	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022	Reapresentado 31.12.2021	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022	Reapresentado 31.12.2021	
Receita operacional líquida	21	2.148.456	1.720.820	1.386.673	479.341	395.296	388.823
Custos dos serviços prestados	22	(1.395.906)	(1.262.244)	(1.113.533)	(434.660)	(373.837)	(345.210)
<b>Lucro bruto</b>		<b>752.550</b>	<b>458.576</b>	<b>273.140</b>	<b>44.681</b>	<b>21.459</b>	<b>43.613</b>
<b>(Despesas)/Receitas operacionais</b>							
Administrativas e gerais	23	(87.315)	(103.358)	(91.174)	(46.816)	(50.306)	(43.621)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.562)	(2.630)	(2.375)	237.334	182.850	96.661
Outras (despesas)/receitas operacionais	24	(92.522)	5.384	18.703	42.014	(15.373)	(171)
		(183.399)	(100.604)	(74.846)	232.532	117.171	52.869
<b>Resultado financeiro</b>							
Receitas Financeiras		54.984	46.349	15.980	9.710	9.776	157
Despesas Financeiras		(76.264)	(60.694)	(39.041)	(20.859)	(6.861)	(1.933)
	25	(21.280)	(14.345)	(23.061)	(11.149)	2.915	(1.776)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>547.871</b>	<b>343.627</b>	<b>175.233</b>	<b>266.064</b>	<b>141.545</b>	<b>94.706</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	26	(87.880)	(87.375)	(51.670)	(2.293)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	26	(76.091)	(43.049)	4.131	(38)	339	4.365
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>383.900</b>	<b>213.203</b>	<b>127.694</b>	<b>263.733</b>	<b>141.884</b>	<b>99.071</b>
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores		120.167	71.319	28.623	-	-	-
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		263.733	141.884	99.071	263.733	141.884	99.071
Lucro líquido por ação - Em Reais	20				23,92	12,87	8,98

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	<u>Consolidado</u>			<u>Controladora</u>		
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Lucro líquido do exercício	383.900	213.203	127.694	263.733	141.884	99.071
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u>383.900</u></b>	<b><u>213.203</u></b>	<b><u>127.694</u></b>	<b><u>263.733</u></b>	<b><u>141.884</u></b>	<b><u>99.071</u></b>

Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores

Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva de Capital Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021 (Reapresentado)</b>	<b>196.203</b>	<b>21.566</b>	<b>39.240</b>	<b>388.581</b>	-	-	<b>46.778</b>	<b>692.368</b>	<b>167.684</b>	<b>860.052</b>
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.682)	(23.682)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 23/06/2021	-	-	-	(100.000)	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	99.071	-	99.071	28.623	127.694
<b>Destinação do resultado:</b>										
Dividendos mínimos obrigatórios	20.f	-	-	-	-	(2.972)	-	(2.972)	-	(2.972)
Dividendos adicionais propostos	20.f	-	-	-	96.099	(96.099)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)</b>	<b>196.203</b>	<b>21.566</b>	<b>39.240</b>	<b>288.581</b>	<b>96.099</b>	-	<b>46.778</b>	<b>688.467</b>	<b>172.625</b>	<b>861.092</b>
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	3.876	3.876
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(85.907)	(85.907)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 01/06/2022	-	-	-	(3.229)	(96.099)	-	-	(99.328)	-	(99.328)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	141.884	-	141.884	71.319	213.203
<b>Destinação do resultado:</b>										
Dividendos mínimos obrigatórios	20.f	-	-	-	-	(4.257)	-	(4.257)	-	(4.257)
Dividendos adicionais propostos	20.f	-	-	-	79.743	(79.743)	-	-	-	-
Apropriação à reserva de retenção de lucros	20.d	-	-	-	57.884	(57.884)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)</b>	<b>196.203</b>	<b>21.566</b>	<b>39.240</b>	<b>343.236</b>	<b>79.743</b>	-	<b>46.778</b>	<b>726.766</b>	<b>161.913</b>	<b>888.679</b>
Aumento do capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	7.097	7.097
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.381)	(21.381)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 13/03/2023	-	-	-	-	(79.743)	-	-	(79.743)	-	(79.743)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 21/11/2023	-	-	-	(37.000)	-	-	-	(37.000)	-	(37.000)
Distribuição de Dividendos conf. AGE de 30/11/2023	-	-	-	(50.000)	-	-	-	(50.000)	-	(50.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	263.733	-	263.733	120.167	383.900
<b>Destinação do resultado:</b>										
Dividendos mínimos obrigatórios	20.f	-	-	-	-	(7.912)	-	(7.912)	-	(7.912)
Dividendos adicionais propostos	20.f	-	-	-	42.088	(42.088)	-	-	-	-
Retenção de lucros para investimentos conf. orçamento de capital	20.g	-	-	-	213.733	(213.733)	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>196.203</b>	<b>21.566</b>	<b>39.240</b>	<b>469.969</b>	<b>42.088</b>	-	<b>46.778</b>	<b>815.844</b>	<b>267.796</b>	<b>1.083.640</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Controladora		
	Ajustado 31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022	Reapresentado 31.12.2021	31.12.2023	Reapresentado 31.12.2022	Reapresentado 31.12.2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
Lucro líquido do exercício	383.900	213.203	127.694	263.733	141.884	99.071
<b>Ajustes por:</b>						
Depreciações	60.806	47.158	35.048	21.236	10.236	5.481
Depreciações s/ provisão para desmobilização de aterros	2.431	1.839	1.301	126	410	448
Resultado de equivalência patrimonial	3.562	2.630	2.375	(237.334)	(182.850)	(96.661)
Valor residual do imobilizado baixado	5.288	60.031	12.120	4.161	2.145	91
Valor de imposto de renda e contribuição social diferidos	76.091	43.049	(4.131)	38	(339)	(4.365)
Provisão/(reversão) para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	(18.181)	40.816	13.144	(25.330)	17.824	2.788
Provisão para devedores duvidosos	132.938	6.034	(1.695)	5.005	6.034	(1.695)
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	57.553	44.904	23.911	17.125	5.232	846
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>704.388</b>	<b>459.664</b>	<b>209.767</b>	<b>48.760</b>	<b>576</b>	<b>6.004</b>
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>						
em aplicações financeiras vinculadas	(18.535)	11.301	(5.263)	-	-	-
em contas a receber	(522.558)	45.629	(6.421)	(8.989)	11.464	7.450
em adiantamentos de clientes	(2.392)	(174.334)	34.270	-	-	-
em ônus da concessão	41.317	1.723	-	-	-	-
em estoques	(5.280)	(2.437)	(3.206)	(1.417)	(817)	(291)
em impostos a recuperar	(19.243)	(753)	(6.282)	(12.557)	(5.573)	(715)
em partes relacionadas	(12.815)	43.095	(1.041)	(901)	(60.223)	25.019
em depósitos judiciais	(12.057)	(19.889)	(25.261)	(2.205)	(11.255)	(18.081)
em outras contas a receber	(10.542)	4.766	(3.682)	2.970	(4.039)	(2.316)
em dividendos recebidos de empresas investidas	733	-	-	82.436	301.003	97.066
em fornecedores	281	2.693	12.078	8.103	(169)	1.393
em provisão para contingências	(136)	(2.891)	(2.042)	-	-	-
em salários, encargos e obrigações fiscais a pagar	124.387	37.966	(26.394)	3.455	2.688	(5.521)
em outras contas a pagar	9.152	3.452	702	(1.603)	(568)	641
<b>Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades operacionais</b>	<b>276.700</b>	<b>409.985</b>	<b>177.225</b>	<b>118.052</b>	<b>233.087</b>	<b>110.649</b>
<b>Fluxo de Caixa das atividades de investimento</b>						
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(51.774)	(199.859)	(77.040)	(14.215)	(86.860)	(1.952)
Aportes de capital em empresas investidas	(4.338)	(2.795)	-	(11.123)	(38.850)	(9.041)
<b>Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de investimento</b>	<b>(56.112)</b>	<b>(202.654)</b>	<b>(77.040)</b>	<b>(25.338)</b>	<b>(125.710)</b>	<b>(10.993)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>						
Captações de empréstimos e financiamentos	118.646	82.860	88.241	87.645	64.222	128
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(84.710)	(76.310)	(89.011)	(14.111)	(2.864)	(15.585)
Amortização do juros de empréstimos e financiamentos	(58.356)	(45.427)	(19.130)	(17.125)	(5.232)	(846)
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	(12.000)	-	-	(12.000)
Pagamento de dividendos	(188.124)	(185.235)	(123.682)	(171.000)	(102.300)	(88.000)
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades do financiamento</b>	<b>(212.544)</b>	<b>(224.112)</b>	<b>(155.582)</b>	<b>(114.591)</b>	<b>(46.174)</b>	<b>(116.303)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.044</b>	<b>(16.781)</b>	<b>(55.397)</b>	<b>(21.877)</b>	<b>61.203</b>	<b>(16.647)</b>
<b>Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa:</b>						
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	228.278	245.059	300.456	71.345	10.142	26.789
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	236.322	228.278	245.059	49.468	71.345	10.142
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.044</b>	<b>(16.781)</b>	<b>(55.397)</b>	<b>(21.877)</b>	<b>61.203</b>	<b>(16.647)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 (reapresentado) e 2021 (reapresentado)

(Em milhares de reais)

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
<b>Receitas</b>						
Vendas de serviços	2.560.620	1.992.079	1.539.043	552.898	457.362	450.123
Receita de construção (ICPC 01)	16.126	22.421	81.653	(1.017)	-	-
Outras receitas	37.369	31.761	22.688	34.864	8.486	922
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	(132.938)	(6.034)	1.695	(5.005)	(6.034)	1.695
	<b>2.481.177</b>	<b>2.040.227</b>	<b>1.645.079</b>	<b>581.740</b>	<b>459.814</b>	<b>452.739</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>						
Custos dos serviços prestados	(328.810)	(281.521)	(225.038)	(87.277)	(92.434)	(75.100)
Custo de construção (ICPC 01)	(37.433)	(51.393)	(72.057)	-	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(137.904)	(172.392)	(128.051)	(38.569)	(35.763)	(36.751)
	<b>(504.147)</b>	<b>(505.306)</b>	<b>(425.146)</b>	<b>(125.846)</b>	<b>(128.197)</b>	<b>(111.851)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.977.030</b>	<b>1.534.921</b>	<b>1.219.933</b>	<b>455.894</b>	<b>331.617</b>	<b>340.888</b>
Depreciação e amortização	(63.237)	(48.997)	(36.349)	(21.362)	(10.646)	(5.929)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>	<b>1.913.793</b>	<b>1.485.924</b>	<b>1.183.584</b>	<b>434.531</b>	<b>320.971</b>	<b>334.959</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>						
Resultado de equivalência patrimonial	(3.562)	(2.630)	(2.375)	237.334	182.850	96.661
Receitas financeiras	54.984	46.349	15.980	9.710	9.776	157
	<b>51.422</b>	<b>43.719</b>	<b>13.605</b>	<b>247.044</b>	<b>192.626</b>	<b>96.818</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.965.215</b>	<b>1.529.643</b>	<b>1.197.189</b>	<b>681.576</b>	<b>513.597</b>	<b>431.777</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>						
<b>Pessoal e encargos</b>						
Remuneração direta	530.607	482.941	442.387	217.440	199.931	192.231
Benefícios	141.710	121.824	111.992	42.462	35.344	33.527
FGTS	31.707	59.589	35.337	6.845	37.871	16.130
Outras despesas com pessoal	5.382	3.599	2.642	-	-	-
	<b>709.406</b>	<b>667.953</b>	<b>592.358</b>	<b>266.746</b>	<b>273.146</b>	<b>241.888</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>						
Federais	469.953	345.932	221.539	54.985	44.098	38.891
Estaduais	3.668	2.760	2.710	1.695	890	471
Municipais	146.610	100.700	80.163	24.409	21.470	21.484
	<b>620.231</b>	<b>449.393</b>	<b>304.411</b>	<b>81.090</b>	<b>66.458</b>	<b>60.846</b>
<b>Remuneração do capital de terceiros</b>						
Juros	35.669	36.534	26.268	1.351	262	153
Aluguéis	175.413	138.423	133.247	49.149	25.250	28.040
Outros	40.596	24.137	13.211	19.507	6.597	1.779
	<b>251.678</b>	<b>199.094</b>	<b>172.725</b>	<b>70.007</b>	<b>32.109</b>	<b>29.972</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>						
Dividendos	171.000	102.300	99.071	171.000	102.300	99.071
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	92.733	39.584	-	92.733	39.584	-
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	120.167	71.319	28.623	-	-	-
	<b>383.900</b>	<b>213.203</b>	<b>127.694</b>	<b>263.733</b>	<b>141.884</b>	<b>99.071</b>
	<b>1.965.215</b>	<b>1.529.643</b>	<b>1.197.189</b>	<b>681.576</b>	<b>513.597</b>	<b>431.777</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



## **VITAL ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

### **1 - Contexto Operacional**

#### **1.1 – Objeto social**

A Vital Engenharia Ambiental S/A (“Companhia” ou “Vital”) é uma sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede na cidade do Rio de Janeiro e foi constituída em 01 de fevereiro de 1998. Sua controladora é a Queiroz Galvão S/A. A Vital atua principalmente nas seguintes áreas de negócio:

- Atendimento a demanda dos municípios brasileiros que vêm adotando a terceirização de serviços de limpeza pública, através de contratos de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos;
- Construção de aterros sanitários centrais de tratamento de resíduos (CTRs), por iniciativa própria, que atendam a várias cidades em conjunto;
- Recuperação de áreas degradadas e de deposição irregular de resíduos;
- Manutenção de áreas verdes, parques e jardins, conservação de monumentos e logradouros públicos;
- Aproveitamento do biogás gerado em algumas de suas CTR’s (Centrais de Tratamento de Resíduos).

#### **1.2 – Operações da Companhia e de suas controladas**

As investidas da Vital Engenharia Ambiental S/A e suas respectivas áreas de negócio são:

##### **Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, a ser localizado no Estado de Goiás, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos ambientalmente adequada e disposição final de rejeitos ambientalmente adequada.

##### **EBMA – Empresa Brasileira de Meio Ambiente S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução de serviços de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de lixo domiciliar, urbano, hospitalar, industrial e especial, serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos, operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos, operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral, controle, operação, manutenção e funcionamento de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário e a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas.

### **Ecovital Central de Gerenciamento Ambiental S/A.**

Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social o tratamento, inclusive térmico, gestão, gerenciamento e remediação de áreas contaminadas, armazenamento e operações de estações de transferência, blindagem, disposição final de resíduos e rejeitos industriais em qualquer estado físico, execução de serviços de engenharia ambiental, assim como análises, consultorias, assessorias e projeto relacionados ao meio ambiente e prestação de serviços ligados à área de engenharia ambiental.

### **Macaúbas Meio Ambiente S/A.**

Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do Serviço Público, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte - MG, pelo prazo de 25 anos conforme contrato assinado em 20 de novembro de 2008.

### **Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã S/A.**

Sociedade anônima de capital de fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento, no Estado do Espírito Santo, voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: a) transporte; b) transbordo; c) tratamento; d) destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e e) disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. A Companhia iniciou suas operações em agosto de 2020.

### **Arendal Locadora Ltda.**

Sociedade empresária limitada que tem como objeto social a exploração do ramo de locação de veículos, máquinas e equipamentos, novos ou usados, nacionais ou importados, de sua propriedade, sem a utilização de mão de obra.

### **Ecoban Ambiental S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução de serviços públicos integrados de limpeza urbana, construção de aterros ambientais e sua manutenção, e também a recuperação ambiental de aterros sanitários compreendidos em: a) Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; b) Prestação de serviços de coleta containerizada, transporte e destinação final de resíduo sólido domiciliar; c) Operação e manutenção de Aterro Sanitário que tenha sido devidamente licenciado pelo órgão ambiental competente; d) Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduo séptico em equipamentos e instalações que tenham sido devidamente licenciados pelo órgão ambiental; e) Prestação de serviços de varrição manual de ruas; f) Prestação de serviços de varrição mecanizada de ruas; g) Prestação de serviços de limpeza e lavagem de feiras; h) Prestação de serviços diversos e capina de escolas; i) Participação em outras sociedades; j) Aluguel de bens imóveis e móveis, tais como: veículos, máquinas, equipamentos em geral; k) Prestação de serviços de consultoria, estudo, projetos e engenharia econômica com apresentação de relatórios, laudos e pareceres.

### **Ecourbis Ambiental S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social executar e explorar, em regime de concessão pelo prazo de 20 anos com início em 2004, podendo ser prorrogado por mais 20 anos, os serviços divisíveis de limpeza urbana prestados em regime público, em conformidade com o Contrato nº 26/SSO/2004 com a Prefeitura do Município de São Paulo, que torna a Companhia a concessionária responsável pela coleta, transporte e destinação adequada de resíduos domiciliares, da área de saúde e de materiais recicláveis no Agrupamento Sudeste da cidade de São Paulo. Além da coleta de resíduos a Ecourbis implantou e opera o Aterro Sanitário CTL, a Central Mecanizada de Triagem Carolina Maria de Jesus - CMT, a Unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde – UTRSS em linha com as mais avançadas tecnologias. Opera duas estações de transbordo, monitora três aterros desativados, presta serviços para mais da metade da população do município de São Paulo e realiza serviços de interesse social definidos pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB).

### **Econit Engenharia Ambiental S/A.**

Sociedade anônima capital de fechado, que tem como objetivo específico, a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa dos serviços de coleta de resíduos urbanos, de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Niterói-RJ, pelo prazo de 20 anos conforme contrato assinado em 01 de agosto de 2011.

### **Central de Gerenciamento Ambiental Titara S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social o gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos, perigosos e não perigosos, transportes, transbordos, tratamento, destinação final de resíduos, ambientalmente adequada e destinação final de rejeitos ambientalmente adequada.

### **SLEA – São Luis Engenharia Ambiental S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do serviço de limpeza pública, a disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de São Luís – MA, pelo prazo de 20 anos conforme contrato assinado em 04 de maio de 2012.

### **CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos S/A.**

Sociedade anônima de capital de fechado que teve inicialmente como objeto social a exploração, mediante concessão administrativa junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD (“Poder Concedente”), dos serviços de transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos urbanos nos municípios convergentes da Região Metropolitana de Belo Horizonte e colar metropolitano. Em 25 de fevereiro de 2022 a Companhia celebrou com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o Termo de Rescisão Amigável, no âmbito do contrato de concessão administrativa oriundo da concorrência nº 02/2013 SEDRU-MG. Após a rescisão do contrato de concessão, a Administração estudou alternativas para a continuidade operacional da CMTR e concluiu que existem oportunidades potenciais para operar no recebimento de resíduos sólidos, atendendo a contratos com clientes públicos e privados. Já existem tratativas para efetivação de negócios dessa natureza e há possibilidade provável que no próximo exercício a Companhia inicie suas operações. Em 30 de maio de 2023 O objeto social foi alterado passando a Companhia a ter como objeto social a operação de empreendimento direcionado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos perigosos e não perigosos, localizado na Cidade de Ribeirão das Neves/MG, contemplando: a) transbordo; b) tratamento; c) destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e d) disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2023, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social.

### **Inova Gestão de Serviços Urbanos S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços indivisíveis de conservação e limpeza pública dos bens de uso comum, varrição, capina e asseio de vias e logradouros públicos. Em 14 de dezembro de 2017, a Companhia e a Prefeitura de São Paulo formalizaram o encerramento do Contrato Público 073/SES/2011 da Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1º de junho de 2019, o contrato emergencial foi encerrado e, conseqüentemente, as atividades operacionais da Inova foram concluídas. Desde essa data, a Inova encontra-se inativa até que todos os trâmites necessários para o seu devido encerramento sejam concluídos, tendo os seus gastos e despesas ordinárias honrados com recursos próprios e não há planos de a Administração retomar as operações da Inova em um futuro previsível.

### **AMA – Angra Meio Ambiente S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Município de Angra dos Reis/RJ, com o propósito específico de realizar os serviços descritos no Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, pelo prazo de 20 conforme contrato assinado em 28 de junho de 2021.

### **VIOS Engenharia Ambiental S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: a) execução de serviço de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; b) serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; c) operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; d) operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos; e) construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; f) coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; g) recuperação de áreas degradadas; h) recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; i) implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; j) limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; e k) a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas.

### **Hígia Ambiental S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social: a) execução de serviço de limpeza pública e particular, compreendendo a coleta e transporte de resíduos domiciliar, urbano, industrial e especial; b) serviços de varrição de ruas, praças e logradouros públicos; c) operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; d) operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração de serviços públicos de coleta de resíduos em geral; e) construção, implantação, operação, manutenção, controle e funcionamento de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e de aterro sanitário; f) coleta, transporte e tratamento de resíduos provenientes dos serviços de saúde; g) recuperação de áreas degradadas; h) recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; i) implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; j) limpeza e conservação de monumentos e logradouros públicos; k) a realização de serviços e atividades pertinentes e correlatas; l) participação com recursos próprios em outras empresas; m) locação de máquinas, equipamentos, e veículos, sem mão de obra associada; n) consultoria na área ambiental; o) participação, a critério da diretoria, em consórcio com empresas congêneres, visando disputar licitações e executar serviços ligados aos demais objetivos do seu Estatuto; e p) assessoria empresarial em atividades-meio, para sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

### **Ecoparque Pirapora Ambiental S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento destinado ao gerenciamento de resíduos sólidos e rejeitos perigosos e não perigosos, contemplando: a) transporte; b) transbordo; c) tratamento; d) destinação final de resíduos ambientalmente adequada; e e) disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional não tendo, até 31 de dezembro de 2023, realizado qualquer operação que gerasse faturamento e caixa relativo ao seu objeto social.

## **São Simão Saneamento Ambiental S/A.**

Sociedade anônima de capital fechado que tem como objeto social a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e serviços complementares de água e esgoto, bem como a realização das atividades correlatas e a exploração de receitas extraordinárias, no Município de São Simão, Estado de Goiás, em regime de exclusividade e mediante concessão administrativa, conforme especificações contidas no Edital de Concorrência Pública nº 003/2021 e no contrato administrativo nº 036/2022 firmado com o referido Município, pelo prazo de 35 anos contados da data da assinatura do contrato em 15 de junho de 2022.

## **2 - Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

### **2.1 Base de elaboração**

#### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **b) Data de aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e da reapresentação**

A emissão e reapresentações das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração em 03 de abril de 2024.

#### **c) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (e).

#### **d) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("Moeda Funcional"). A Moeda Funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real.

#### **e) Uso de estimativas e julgamentos**

Ao preparar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023.

### **2.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, empresas controladas em conjunto e empresas coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

### **2.3 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as da controladora Vital Engenharia Ambiental S.A. e as empresas controladas elaboradas até 31 dezembro de cada exercício nas quais mantém participação conforme detalhamento apresentado na nota explicativa nº 10.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

As participações de não-controladores em controladas são identificadas separadamente da participação do Grupo nessas controladas. Essas participações de não-controladores que correspondem a participações acionárias atuais e que conferem aos seus titulares direito a uma parcela proporcional dos ativos da entidade no caso de liquidação podem ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de não-controladores no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da entidade adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações de não-controladores são inicialmente mensurados pelo valor justo. Após a aquisição, o valor contábil das participações de não-controladores corresponde ao valor dessas participações no reconhecimento inicial acrescido da parcela de variações subsequentes no patrimônio líquido das participações de não-controladores.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações de não-controladores. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de não-controladores, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações de não-controladores.



As mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle são registradas como transações de capital. O valor contábil das participações do Grupo e das participações de não-controladores é ajustado para refletir as mudanças nas suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações de não-controladores são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da consideração recebida e do valor justo da participação residual e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não-controladores. Todos os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data em que o controle deixa de existir é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente de acordo com a IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, quando aplicável, ou como o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

## **2.4 Continuidade operacional**

A administração tem, na data de aprovação das demonstrações contábeis, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações contábeis.

## **2.5 Novas normas e pronunciamentos emitidos**

### **2.5.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente**

No exercício corrente, o Grupo aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2023. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações contábeis.

<p>CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)</p>	<p>O grupo adotou o CPC 50 (IFRS 17) e correspondentes alterações pela primeira vez no exercício corrente. O CPC 50 (IFRS 17) estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.</p> <p>A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.</p> <p>O Grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).</p>
<p>Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade</p>	<p>O Grupo adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo ‘principais políticas contábeis’ por ‘informações materiais da política contábil’. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações contábeis de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações contábeis.</p> <p>Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.</p> <p>O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do ‘processo de materialidade em quatro passos’ descrito na Declaração de Prática 2.</p>
<p>Alterações à IAS 12 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação</p>	<p>O Grupo adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial.</p> <p>De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.</p>

	<p>Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.</p> <p>Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.</p>
<p>Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Reforma Tributária Internacional — Regra do Modelo do Pilar Dois</p>	<p>O Grupo adotou as alterações à IAS 12 pela primeira vez no exercício corrente. O IASB alterou a IAS 12 para clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substantivamente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras.</p> <p>As alterações introduzem uma exceção temporária aos requisitos contábeis para impostos diferidos na IAS 12, de modo a que uma entidade não reconheça nem divulgue informações sobre ativos e passivos diferidos relacionados com tributos sobre o lucro do Pilar Dois.</p> <p>Após as alterações, o Grupo é obrigado a divulgar que aplicou a exceção e a divulgar separadamente sua despesa fiscal atual (receita) relacionada aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois.</p>
<p>Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis</p>	<p>O Grupo adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.</p>

## 2.5.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto
Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1)	Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>
Alterações à IAS 7 e à IFRS 7	Acordos de Financiamento de Fornecedores
Alterações à IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis do Grupo em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

### **Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto**

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. A administração da Companhia espera que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo no futuro caso transações dessa natureza ocorram.

### **Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes**

As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O IASB alinhou a data de vigência com as alterações de 2022 à IAS 1. Se uma entidade aplica as alterações de 2020 para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2022.

A administração da controladora espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo no futuro.

### **Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis - Passivo Não Circulante com *Covenants***

As alterações indicam que apenas *covenants* que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações contábeis entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020.

A administração da controladora espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Grupo no futuro.

## **Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores**

As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.

Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:

- Os termos e as condições dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores
- Informações sobre o risco de liquidez

As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada.

## **Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”**

As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo na IFRS16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de venda e *leaseback* que se qualifica como venda na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) é um passivo de arrendamento.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e *leaseback* celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS16 pela primeira vez.

### **3 - Informações materiais da política contábil**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

#### **a) Apuração do resultado**

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

#### **b) Instrumentos financeiros**

##### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

###### **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### **Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio**

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia;



- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

## Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

## Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### (iii) Desreconhecimento

#### Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

### **Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **c) Contrato de concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12**

A Companhia e suas controladas contabilizam os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Quando o Poder Concedente tiver uma obrigação de pagamento para somente parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo Concedente e o excesso que não é garantido pelo Concedente é reconhecido como ativo intangível (“modelo bifurcado”).

O valor amortizável dos bens vinculados à concessão é apropriado de forma sistemática ao longo do contrato de concessão ou de sua vida útil estimada, dos dois o menor.

O enquadramento dos bens vinculados a concessão requer inicialmente uma análise das características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão que envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;
- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador

A infraestrutura usada pela Companhia e suas controladas que estão sujeitas a contrato de concessão é controlada pelo Poder Concedente, conforme previsto no IFRIC 12 (ICPC 01 (R1)), quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço; e
- O concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

O concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- Um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Neste caso, o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei; e
- Um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

#### **d) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia e suas controladas possuem classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

#### **e) Contas a receber**

Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise dos históricos de perdas, constituiu provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber.

As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

A Companhia e suas controladas adotam como prática a provisão integral de contratos encerrados e não recebidos, e para as demais contas a receber com entidades públicos e privados não encerrados não constitui provisão para perda esperadas.

#### **f) Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

A Companhia e suas controladas utilizam o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

#### **g) Investimento**

Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em demonstrações contábeis das empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. As demonstrações contábeis das controladas e coligadas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir.

#### Investimentos em Entidades Controladas e Coligadas

Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante).

Coligadas são investimentos onde a companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas em que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência significativa sobre a coligada.

## **h) Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Os itens do imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

### Provisão para desmobilização de ativos

Há muitos fatores que podem afetar o prazo e os valores a serem desembolsados com relação às obrigações para desmobilização. Esses fatores incluem atividades exploratórias e de desenvolvimento futuras, mudanças nos custos, alterações tecnológicas e na legislação, que não podem ser previstas pela Administração. Devido ao alto grau de incerteza, os gastos reais futuros podem ser alterados significativamente dos valores atualmente provisionados.

A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revistos anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do ativo. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da Companhia. O ativo é depreciado de forma linear.

## **i) Intangível**

É representado por gastos com aquisição de softwares e registro de logomarca. As taxas de amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual as controladas esperam geração de benefícios econômicos.

## **j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)**

Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos investimento e intangíveis, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

#### **k) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no Lucro real. A base de cálculo compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social (“CSLL”). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9%. As controladas que apuram o encargo de imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido que estabelece um percentual de 32% de presunção sobre as receitas tributáveis, o recolhimento efetivo do imposto de renda e da contribuição social é diferido enquanto não houver a liquidação financeira (regime de caixa) dos valores a receber.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Uma das principais diferenças corresponde ao critério de apuração das receitas pelo regime fiscal.

#### **l) Provisões**

##### **(i) Geral**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

##### **(ii) Riscos judiciais**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia e de suas controladas, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

## **m) Reconhecimento de receita**

### **Receitas de Serviços**

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado e estão subdivididas da seguinte forma:

#### **(i) Limpeza Pública**

As receitas com transações, relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, são compostas por coleta domiciliar, varrição e outros serviços às cidades. Por se trata de serviços não divisíveis, ou seja, não são prestados separadamente para os clientes finais, são considerados como uma única obrigação de desempenho “Limpeza Pública”. Conforme previsto nos contratos de prestação de serviço a obrigação de desempenho é cumprida ao fim de cada mês, quando são compilados os quantitativos dos serviços que foram prestados, resultando na medição dos serviços submetida ao cliente. As receitas são reconhecidas com base nessas medições, subsequentemente substituídas pelas correspondentes faturas emitidas.

#### **(ii) Coleta Pública e Privada**

As receitas provenientes da prestação dos serviços de coleta a entes públicos são decorrentes de: coletas e transporte de resíduos sólidos domiciliares e de resíduos de outros serviços a cidades. As receitas provenientes da prestação de serviços de coleta a entes privados são decorrentes de coletas e transporte de resíduos comerciais e industriais. Conforme os contratos de prestação dos serviços de coleta, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos coletados.

#### **(iii) Tratamento e Destinação final de resíduos**

As obrigações de desempenho inerentes aos serviços de tratamento e destinação final de resíduos são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem dos resíduos tratados e/ou depositados nos aterros.

### **Receitas de locação**

A Companhia e suas controladas celebram contratos de arrendamento na qualidade de arrendador com relação a locação de equipamentos para ganho de mobilidade na execução dos demais serviços prestados pela Companhia e suas controladas.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.



## **Receitas de Construção**

A receita relacionada aos serviços de Construção ou Melhoria sobre o Contrato de Concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Como a obrigação de performance dos serviços de construção é satisfeita ao longo do tempo, a Companhia reconhece a receita segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo instrumento financeiro.

## **Receita de reequilíbrio e/ou reivindicações**

São os custos não previstos no contrato que a concessionária procura cobrar do Poder Concedente para reembolso dos custos não incluídos no preço originalmente contratado. A reivindicação pode surgir, por exemplo, de atrasos causados pelo Poder Concedente, de erros nas especificações ou na concepção e de variações discutidas nos trabalhos objeto do Contrato de Concessão.

A mensuração da quantia da receita proveniente de reivindicações está sujeita a um alto nível de incerteza e depende do desfecho das negociações. Por isso, as reivindicações somente são reconhecidas como receitas quando:

- (i) As negociações tiverem atingido um estágio avançado tal, que é provável que o contratante (cliente) aceitará a reivindicação; e
- (ii) A quantia que provavelmente será aceita pelo cliente puder ser mensurada com confiabilidade.

## **n) Resultado básico por ação**

A Companhia e suas controladas efetuam os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

## **o) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia e suas controladas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo da prestação de serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### p) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

#### q) Reapresentação das demonstrações contábeis

A Companhia está em processo de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como categoria A, conseqüentemente, as demonstrações contábeis dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022, que haviam sido apresentadas em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2023, respectivamente, estão sendo reapresentadas para atender as normas expedidas pela CVM aplicáveis aos emissores de valores mobiliários.

#### 4 - Caixa e Equivalente de Caixa

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa	37	35	63	-	-	4
Bancos conta movimento	23.938	18.740	8.263	15.605	8.354	2.218
Aplicações de liquidez imediata (i)	212.347	209.503	236.733	33.863	62.991	7.920
	<b>236.322</b>	<b>228.278</b>	<b>245.059</b>	<b>49.468</b>	<b>71.345</b>	<b>10.142</b>

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023, 2022 e 2021.

## 5 - Aplicações Financeiras Vinculadas

Circulante	Consolidado		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Aplicações financeiras (i)	16.390	12.505	36.494

Não Circulante	Consolidado		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Aplicações financeiras (ii)	49.275	34.625	21.937

(i) A Administração da controlada EcoUrbis deliberou pela constituição de aplicações financeiras vinculadas resgatáveis acima de 120 dias;

(ii) Aplicação em renda fixa de longo prazo na controlada EcoUrbis com restrição de resgate antes do término do contrato de concessão em outubro de 2024. Ocorrendo a renovação do contrato, encerra a restrição e permitirá a sua reversão para caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em ativos de renda fixa, com remuneração atrelada à variação de 102% do CDI em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

## 6 - Contas a Receber de Clientes

### a) Contas a receber

Ativo Circulante	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldos vencidos	188.665	181.546	150.374	57.082	52.893	50.281
Valores conforme Reequilíbrios Contratuais e ou Reivindicações (i)	200.000	-	-	-	-	-
Saldos vencidos até 180 dias	2.283	19.550	114.414	1.682	749	13.326
Saldos vencidos até 360 dias	5.077	41.250	42.309	4.424	697	1.873
	<b>396.025</b>	<b>242.346</b>	<b>307.097</b>	<b>63.188</b>	<b>54.339</b>	<b>65.480</b>

- O saldo do circulante é formado por valores a vencer e vencidos até 360 dias, de contratos vigentes, sem constituição de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

- O saldo do não circulante é composto conforme abaixo:

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Ativo Não Circulante</b>						
Ecourbis Ambiental S/A						
Valores conforme Reequilíbrios Contratuais e ou						
Reivindicações (i)	1.009.671	423.313	378.919	-	-	-
(-) AVP sobre valores do Reequilíbrio contratual	(321.839)	-	-	-	-	-
Valores conforme contrato de concessão (ii)	24.757	54.804	80.063	-	-	-
SLEA - São Luis Eng. Ambiental S/A						
Saldos vencidos a mais de 360 dias (iii)	17.821	20.953	23.562	-	-	-
Valores conforme contrato de concessão (iv)	32.060	30.585	26.764	-	-	-
ECONIT Engenharia Ambiental S/A						
Valores conforme contrato de concessão (iv)	8.688	8.891	8.824	-	-	-
Vital Engenharia Ambiental S/A						
Valores conforme contrato de concessão (iv)	1.705	2.150	1.695	1.705	2.150	1.695
Saldos vencidos a mais de 360 dias (v)	134.882	135.818	137.232	148.004	152.425	153.267
(-) Provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa	(41.050)	(41.050)	(35.016)	(41.050)	(41.050)	(35.016)
	<b>866.695</b>	<b>635.464</b>	<b>622.043</b>	<b>108.659</b>	<b>113.525</b>	<b>119.946</b>

(i) Em 22 de dezembro de 2023 a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP REGULA aprovou a minuta do Termo Aditivo-Modificativo (TAM) e de seus anexos, a partir da conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro, com vistas à prorrogação da vigência do Contrato de Concessão nº 026/SSO/2004, celebrado com a EcoUrbis. Com a conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro o poder concedente se declarou ser devedor do valor líquido de R\$ 1.209.671 em favor da Ecourbis, já considerando os descontos negociados entre as partes. O valor devido deverá ser pago da seguinte forma: (i) R\$ 100.000 em até 30 dias contados da data de assinatura do TAM; (ii) R\$ 100.000 em três parcelas iguais com vencimentos em maio, setembro e dezembro de 2024; e (iii) o valor remanescente de R\$ 1.009.671 deverá ser pago em 144 parcelas mensais contados a partir da data de assinatura do TAM monetariamente corrigidas conforme o “Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo” (IPCA). Os valores a serem recebidos a longo prazo, foram ajustados a valor presente como determina o CPC nº 12. Cabe mencionar que, após a aprovação da minuta do TAM pela SP REGULA, ele foi submetido para análise do Tribunal de Contas do Município – TCM cuja manifestação é necessária para que o poder concedente possa assinar o TAM com previsão que ocorra em 2024.

(ii) Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo dos 20 anos, e os valores são registrados a valor presente, calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas.

(iii) As faturas vencidas foram repactuadas com novos prazos de vencimento com a Prefeitura Municipal de São Luís. Este montante tem previsão de ser recebido entre os anos de 2024 e 2026. Em 31 de dezembro de 2023 a Administração da controlada, com base em sua avaliação do risco de crédito e no histórico de recebimentos, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito.

(iv) Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo do contrato, e calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas.

(v) A Companhia apresenta o saldo das contas a receber vencidas a mais de 360 dias no ativo não circulante e constituiu provisão para devedores duvidosos dos contratos já encerrados.

## b) Adiantamento de clientes

	Consolidado		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Ecourbis Ambiental S/A			
Valores conforme contrato de concessão (i)	58.752	61.143	235.477
	<b>58.752</b>	<b>61.143</b>	<b>235.477</b>

(i) Os adiantamentos de clientes, caracterizados como obrigação de fazer, estão classificados no passivo não circulante, e se referem a aportes públicos do Poder Concedente e recebidos antecipadamente para as futuras implantações de infraestruturas que, conforme o contrato de concessão será realizado ao longo dos 20 anos, os valores são registrados a valor presente, calculados à medida da evolução física das melhorias realizadas.

## 7 - Impostos a Recuperar

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
IRRF a recuperar	12.450	6.409	9.024	8.704	4.206	3.858
IRPJ do ano vigente a recuperar	9.472	3.031	1.336	1.380	-	-
IRPJ de anos anteriores a recuperar	18.573	10.074	5.549	13.792	8.338	3.483
CSLL do ano vigente a recuperar	809	60	992	482	-	-
CSLL de anos anteriores a recuperar	3.201	3.642	3.595	2.388	2.165	1.872
CSLL retida na fonte a recuperar	717	411	948	3	-	-
INSS retido na fonte a recuperar	5.181	5.820	4.188	3.639	3.403	3.046
PIS e COFINS a recuperar	8.100	8.912	8.909	4.652	4.371	4.651
ISS retido na fonte a recuperar	-	901	3.966	-	-	-
	<b>58.503</b>	<b>39.260</b>	<b>38.507</b>	<b>35.040</b>	<b>22.483</b>	<b>16.910</b>

## 8 - Partes Relacionadas

### a) Consolidado

Ativo Circulante	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
<b>Empréstimos a receber (i)</b>				
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00%	-	480	-
ORBIS Ambiental S/A	-	-	-	199
		-	<b>480</b>	<b>199</b>
<b>Total no Ativo Circulante</b>		<b>-</b>	<b>480</b>	<b>199</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>% de Participação</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022 (Reapresentado)</b>	<b>31.12.2021 (Reapresentado)</b>
<b>Empréstimos a receber (i)</b>				
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	50,00%	2.140	2.140	-
		<b>2.140</b>	<b>2.140</b>	<b>-</b>
<b>Dividendos a receber</b>				
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00%	3.101	3.101	3.101
		<b>3.101</b>	<b>3.101</b>	<b>3.101</b>
<b>Total no Ativo Não Circulante</b>		<b>5.241</b>	<b>5.241</b>	<b>3.101</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>% de Participação</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022 (Reapresentado)</b>	<b>31.12.2021 (Reapresentado)</b>
<b>Empréstimos a pagar</b>				
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A (ii)	50,00%	151	283	498
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A (iii)	100,00%	-	-	27.316
		<b>151</b>	<b>283</b>	<b>27.814</b>
<b>Dividendos a pagar</b>				
Pela investida ARENDAL Locadora Ltda.	99,99%	2	1	-
Pela investida ECOURBIS Ambiental S/A	63,25%	27.587	39.373	-
		<b>27.589</b>	<b>39.374</b>	<b>-</b>
<b>Total no Passivo Circulante</b>		<b>27.740</b>	<b>39.657</b>	<b>27.814</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>% de Participação</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022 (Reapresentado)</b>	<b>31.12.2021 (Reapresentado)</b>
<b>Empréstimos a pagar</b>				
CMTR – Central Metropolitana de Trat. de Resíduos S/A (i)	45,00%	1.053	1.053	1.237
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A (i)	51,00%	258	258	258
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A (iii)	100,00%	27.479	28.857	-
Gama FIP (i)	-	5.000	5.000	-
		<b>33.790</b>	<b>35.168</b>	<b>1.495</b>
<b>Total no Passivo Não Circulante</b>		<b>33.790</b>	<b>35.168</b>	<b>1.495</b>

- (i) Sobre estas operações não incidiram juros e não possuem data de vencimento.  
(ii) Sobre esta operação incidem juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 13 de agosto de 2025.  
(iii) Sobre esta operação incidem juros de 100% do CDI + 3% a.a. e o vencimento está previsto para 10 de abril de 2025.

## b) Controladora

Ativo Circulante	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
<b>Empréstimos a receber</b>				
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A (i)	20,00%	-	480	-
ORBIS Ambiental S/A (i)	-	-	-	199
ECOVITAL - Central de Gerenciamento Ambiental S/A (i)	71,79%	-	-	750
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A (ii)	50,00%	152	279	397
		<b>152</b>	<b>759</b>	<b>1.346</b>
<b>Dividendos a receber</b>				
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25%	47.478	67.766	-
ARENDAL Locadora Ltda.	99,99%	18.704	-	-
		<b>66.182</b>	<b>67.766</b>	<b>-</b>
<b>Total Ativo Circulante</b>		<b>66.334</b>	<b>68.525</b>	<b>1.346</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
<b>Empréstimos a receber</b>				
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A (iii)	51,00%	4.881	4.881	4.881
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A (i)	100,00%	3.092	-	-
		<b>7.973</b>	<b>4.881</b>	<b>4.881</b>
<b>Dividendos a receber</b>				
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00%	3.101	3.101	3.101
ARENDAL Locadora Ltda.	99,99%	-	-	-
		<b>3.101</b>	<b>3.101</b>	<b>3.101</b>
<b>Total no Ativo Não Circulante</b>		<b>11.074</b>	<b>7.982</b>	<b>7.982</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				
	% de Participação	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
<b>Empréstimos a pagar (i)</b>				
CMTR – Central Metropolitana de Trat. de Resíduos S/A	45,00%	1.053	1.053	1.237
SLEA - São Luis Engenharia Ambiental S/A	50,00%	2.140	2.140	-
Gama FIP	69,35%	5.000	5.000	-
		<b>8.193</b>	<b>8.193</b>	<b>1.237</b>
<b>Total no Passivo Não Circulante</b>		<b>8.193</b>	<b>8.193</b>	<b>1.237</b>

- (i) Sobre estas operações não incidiram juros e não possuem data de vencimento.

(ii) Sobre esta operação incidem juros de 1% a.m. e o vencimento está previsto para 13 de agosto de 2025.

(iii) Sobre esta operação incidem juros de 100% do CDI + 3% a.a. e o vencimento está previsto para 31 de dezembro de 2026.

### c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende a remuneração fixa e variável e os benefícios de curto prazo. A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> (Reapresentado)	<u>31.12.2021</u> (Reapresentado)
Remuneração da administração	7.709	11.462	9.634
<b>Total</b>	<b><u>7.709</u></b>	<b><u>11.462</u></b>	<b><u>9.634</u></b>

## 9 - Outros Créditos

### a) Circulante

	<u>Consolidado</u>			<u>Controladora</u>		
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> (Reapresentado)	<u>31.12.2021</u> (Reapresentado)	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> (Reapresentado)	<u>31.12.2021</u> (Reapresentado)
Adiantamento a fornecedores (i)	11.243	6.444	5.014	4.346	4.902	3.366
Adiantamento a funcionários	1.493	1.311	1.395	300	288	134
Despesas antecipadas	2.945	2.382	1.742	1.129	1.171	778
Outros	2.983	1.031	1.583	397	388	375
	<b><u>18.664</u></b>	<b><u>11.168</u></b>	<b><u>9.734</u></b>	<b><u>6.172</u></b>	<b><u>6.749</u></b>	<b><u>4.653</u></b>

### b) Não Circulante

	<u>Consolidado</u>			<u>Controladora</u>		
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> (Reapresentado)	<u>31.12.2021</u> (Reapresentado)	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> (Reapresentado)	<u>31.12.2021</u> (Reapresentado)
Crédito com terceiros (ii)	3.096	3.346	4.067	3.096	5.489	3.546
Ônus da concessão antecipados	1.700	1.479	7.927	-	-	-
Outros	5.220	2.143	1.174	-	-	-
	<b><u>10.016</u></b>	<b><u>6.968</u></b>	<b><u>13.168</u></b>	<b><u>3.096</u></b>	<b><u>5.489</u></b>	<b><u>3.546</u></b>

(i) Os adiantamentos a fornecedores são para garantir o fornecimento de insumos, materiais, equipamentos e ativos fixos no decorrer das atividades operacionais da Companhia e de suas controladas.

(ii) São direitos a receber oriundos das operações de venda de ativos (investimento e imobilizado) cujo recebimento foi diferido e está previsto para ser realizado entre os anos de 2024 e 2025.



## 10 - Investimento em Sociedades Controladas e Coligadas

O quadro abaixo apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto.

### a) Composição

Descrição	31.12.2023			31.12.2022			31.12.2021		
	%	Investimento	Equiv. Patrimonial	%	Investimento	Equiv. Patrimonial	%	Investimento	Equiv. Patrimonial
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	27.273	(4.754)	100,00	26.850	(396)	100,00	3.019	(158)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	9.460	5.390	100,00	14.070	6.096	100,00	14.374	4.177
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	20.109	1.409	71,79	18.701	165	71,79	16.395	(419)
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	24.424	2.680	100,00	31.744	7.209	100,00	47.435	1.996
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	3.177	595	51,00	2.582	565	51,00	2.007	158
ARENDAL Locadora Ltda.	99,99	50.926	40.056	99,99	44.574	40.612	99,99	114.954	40.326
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	19.159	2.994	63,25	16.165	1.961	63,25	4.269	4.287
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	355.497	178.801	63,25	199.419	110.854	63,25	244.250	47.918
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	2.401	974	51,50	5.450	3.369	51,50	3.625	(473)
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	22.651	3.879	50,00	18.773	3.019	50,00	16.532	2.659
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	23.002	6.923	50,00	16.875	10.808	50,00	7.146	(78)
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	21.370	(640)	45,00	22.743	2.427	45,00	20.315	(464)
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	-	-	40,00	-	-	40,00	663	(1.911)
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	9.116	3.149	51,00	5.967	1.269	100,00	7.760	2.688
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	100,00	1	-	100,00	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	100,00	1	-	100,00	1	-
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	100,00	-	-	100,00	-	(1)	100,00	1	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	100,00	-	-	100,00	-	(1)	100,00	1	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	3.686	(155)	20,00	2.675	(120)	0,00	-	-
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51,00	4	(1.199)	51,00	51	(49)	0,00	-	-
<b>Total dos investimentos</b>		<b>592.258</b>	<b>240.102</b>		<b>426.641</b>	<b>187.787</b>		<b>502.748</b>	<b>100.706</b>
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	-	-	50,00	-	-	50,00	(1.078)	(4.045)
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	(3.870)	(2.768)	40,00	(4.274)	(4.937)	40,00	-	-

Descrição	31.12.2023			31.12.2022			31.12.2021		
	%	Investimento	Equiv. Patrimonial	%	Investimento	Equiv. Patrimonial	%	Investimento	Equiv. Patrimonial
Provisão para perda de investimentos		(3.870)	(2.768)		(4.274)	(4.937)		(1.078)	(4.045)
<b>TOTAL</b>		<b>588.388</b>	<b>237.334</b>		<b>422.367</b>	<b>182.850</b>		<b>501.670</b>	<b>96.661</b>

## b) Movimentação

Descrição	Investimento em 31.12.2022 (Reapresentado)	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31.12.2023
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	26.850	5.177	-	(4.754)	27.273
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	14.070	-	(10.000)	5.390	9.460
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	18.701	-	-	1.408	20.109
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	31.744	-	(10.000)	2.680	24.424
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	2.582	-	-	595	3.177
ARENDAL RJ Participações Ltda.	44.574	-	(33.704)	40.056	50.926
ECOBAN Ambiental S/A	16.165	-	-	2.994	19.159
ECOURBIS Ambiental S/A	199.419	-	(22.723)	178.801	355.497
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	5.450	-	(4.023)	974	2.401
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	18.773	456	(457)	3.879	22.651
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	16.875	-	(796)	6.923	23.002
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	22.743	-	(733)	(640)	21.370
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	-	-	-	-	-
AMA Angra Meio Ambiente S/A	5.967	-	-	3.149	9.116
VIOS Engenharia Ambiental S/A	1	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S/A	1	-	-	-	1
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	-	-	-	-	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	-	-	-	-	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	2.675	1.166	-	(155)	3.686
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51	1.153	-	(1.198)	5

Descrição	Investimento em 31.12.2022 (Reapresentado)	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31.12.2023
<b>Total dos investimentos</b>	<b>426.641</b>	<b>7.952</b>	<b>(82.436)</b>	<b>240.102</b>	<b>592.258</b>
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	-	-	-	-	-
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	(4.274)	3.172	-	(2.768)	(3.870)
<b>Provisão para perda de investimentos</b>	<b>(4.274)</b>	<b>3.172</b>	<b>-</b>	<b>(2.768)</b>	<b>(3.870)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>422.367</b>	<b>11.124</b>	<b>(82.436)</b>	<b>237.334</b>	<b>588.388</b>

Descrição	Investimento em 31.12.2021 (Reapresentado)	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31.12.2022 (Reapresentado)
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	3.019	24.227	-	(396)	26.850
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	14.374	-	(6.400)	6.096	14.070
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	16.395	2.141	-	165	18.701
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	47.435	-	(22.900)	7.209	31.744
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	2.007	10	-	565	2.582
ARENDAL RJ Participações Ltda.	114.955	-	(110.994)	40.613	44.574
ECOBAN Ambiental S/A	4.268	11.385	(1.449)	1.961	16.165
ECOURBIS Ambiental S/A	244.250	-	(155.685)	110.854	199.419
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	3.626	-	(1.544)	3.368	5.450
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	16.532	1.253	(2.031)	3.019	18.773
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	7.146	-	-	9.729	16.875
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	20.315	-	-	2.428	22.743
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	663	-	-	(663)	-
AMA Angra Meio Ambiente S/A	7.759	(3.061)	-	1.269	5.967
VIOS Engenharia Ambiental S/A	1	-	-	-	1
HIGIA Ambiental S/A	1	-	-	-	1
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	1	-	-	(1)	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	1	-	-	(1)	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	-	2.795	-	(120)	2.675

Descrição	Investimento em 31.12.2021 (Reapresentado)	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31.12.2022 (Reapresentado)
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	-	100	-	(49)	51
<b>Total dos investimentos</b>	<b>502.748</b>	<b>38.850</b>	<b>(301.003)</b>	<b>186.046</b>	<b>426.641</b>
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	(1.078)	-	-	1.078	-
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	-	-	-	(4.274)	(4.274)
<b>Provisão para perda de investimentos</b>	<b>(1.078)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.196)</b>	<b>(4.274)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>501.670</b>	<b>38.850</b>	<b>(301.003)</b>	<b>182.850</b>	<b>422.367</b>

Descrição	Investimento em 31.12.2020 (Reapresentado)	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31.12.2021 (Reapresentado)
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	345	2.832	-	(158)	3.019
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	10.197	-	-	4.177	14.374
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	14.798	2.016	-	(419)	16.395
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	45.439	-	-	1.996	47.435
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	1.849	-	-	158	2.007
ARENDAL RJ Participações Ltda.	122.066	-	(47.437)	40.326	114.955
ECOBAN Ambiental S/A	4.409	-	(4.428)	4.287	4.268
ECOURBIS Ambiental S/A	241.649	-	(45.317)	47.918	244.250
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	4.099	-	-	(473)	3.626
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	13.873	-	-	2.659	16.532
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	10.075	-	116	(3.045)	7.146
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	20.779	-	-	(464)	20.315
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	2.574	-	-	(1.911)	663
AMA Angra Meio Ambiente S/A	-	5.071	-	2.688	7.759
VIOS Engenharia Ambiental S/A	-	1	-	-	1
HIGIA Ambiental S/A	-	1	-	-	1
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	-	1	-	-	1
VALE DO AÇO Ambiental S/A	-	1	-	-	1

Descrição	Investimento em 31.12.2020 (Reapresentado)	Aportes	Dividendos	Equiv. Patrimonial	Investimento em 31.12.2021 (Reapresentado)
Sociedade em Conta de Participação - Teresópolis	882	(882)	-	-	-
<b>Total dos investimentos</b>	<b>493.034</b>	<b>9.041</b>	<b>(97.066)</b>	<b>97.739</b>	<b>502.748</b>
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	-	-	-	(1.078)	(1.078)
<b>Provisão para perda de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.078)</b>	<b>(1.078)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>493.034</b>	<b>9.041</b>	<b>(97.066)</b>	<b>96.661</b>	<b>501.670</b>

### c) Informações contábeis resumidas

2023							
Controlada	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	491	30.087	213	3.093	27.272	(4.754)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	10.792	1.266	2.183	415	9.460	5.390
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	4.866	23.672	1.288	49	27.201	1.962
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	23.340	75.164	13.355	60.725	24.424	2.680
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	3.577	9.830	2.016	5.162	6.229	1.166
ARENDAL RJ Participações Ltda.	99,99	70.817	30.248	36.883	10.560	53.622	40.060
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	2.026	29.191	836	89	30.292	4.733
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	420.838	825.595	205.856	478.534	562.043	282.686
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	4.750	8.865	8.766	111	4.738	1.893
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	11.995	36.744	6.818	8.484	33.437	6.476
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	24.271	71.503	25.418	38.643	31.713	13.846
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	3.841	43.990	57	285	47.489	(1.421)
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	6.109	4.109	8.226	11.666	(9.674)	(8.033)
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	23.529	7.445	10.838	2.262	17.874	6.174
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	2.464	17.379	1.345	69	18.429	(774)
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51,00	31	-	26	-	5	(1.248)

## 2022

Controlada	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	56	27.392	598	-	26.850	(386)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	16.090	936	2.713	243	14.070	6.096
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	3.441	24.050	2.161	91	25.239	21
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	24.484	66.482	10.346	48.877	31.744	7.209
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	2.734	8.325	806	5.190	5.063	1.128
ARENDAL RJ Participações Ltda.	99,99	42.755	49.441	21.436	23.491	47.269	40.614
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	2.404	24.558	639	764	25.558	3.101
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	250.482	568.006	252.277	250.929	315.282	175.261
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	10.342	9.130	8.713	102	10.657	6.542
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	7.067	40.592	8.058	13.205	26.396	6.754
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	23.192	64.995	24.128	44.600	19.459	21.616
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	5.980	44.615	56	-	50.539	5.394
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	5.879	5.766	8.506	13.609	(10.470)	(12.000)
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	20.538	5.192	10.446	3.584	11.700	3.941
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	4.042	10.307	489	480	13.380	(600)
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S/A	51,00	100.000	-	-	-	100.000	-

## 2021

Controlada	Participação %	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S/A	100,00	152	2.982	115	-	3.019	(158)
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S/A	100,00	16.332	601	2.320	239	14.374	4.177
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	71,79	2.831	24.743	4.586	960	22.028	(375)
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	100,00	34.221	59.270	33.502	12.554	47.435	1.996
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S/A	51,00	831	8.644	5.523	17	3.935	310
ARENDAL RJ Participações Ltda.	99,99	100.444	71.169	19.863	34.092	117.658	43.021
ECOBAN Ambiental S/A	63,25	5.555	1.959	706	60	6.748	6.778
ECOURBIS Ambiental S/A	63,25	356.688	557.695	146.347	381.875	386.161	75.759
ECONIT Engenharia Ambiental S/A	51,50	9.765	9.030	11.667	12	7.116	(1.469)
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S/A	50,00	5.406	35.618	9.504	10.323	21.197	5.318
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S/A	50,00	22.114	46.583	24.500	46.353	(2.156)	(8.089)
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	534	46.666	55	2.000	45.145	(1.031)
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	16.832	501	9.563	6.214	1.556	(4.900)
AMA Angra Meio Ambiente S/A	51,00	13.648	3.313	6.660	2.540	7.761	2.689
VIOS Engenharia Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
HIGIA Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
Central de Ger. Ambiental ZONA DA MATA S/A	100,00	1	-	-	-	1	-
VALE DO AÇO Ambiental S/A	100,00	1	-	-	-	1	-

#### d) Investimentos não consolidados

O saldo da conta de Investimento e o resultado da Equivalência Patrimonial, nas Informações Consolidadas, conforme orientação do CPC 19, está composto pelo investimento nas seguintes empresas em que a administração é compartilhada:

Descrição	31.12.2023			31.12.2022			31.12.2021		
	%	Investimento	Equiv. Patrimonial	%	Investimento	Equiv. Patrimonial	%	Investimento	Equiv. Patrimonial
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S/A	45,00	21.370	(640)	45,00	22.743	2.427	45,00	20.315	(464)
INOVA Gestão de Serviços Urbanos S/A	40,00	-	(2.768)	40,00	-	(4.937)	40,00	663	(1.911)
SÃO SIMÃO Saneamento Ambiental S/A	20,00	3.687	(155)	20,00	2.675	(120)	0,00	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>25.057</b>	<b>(3.563)</b>		<b>25.418</b>	<b>(2.630)</b>		<b>20.978</b>	<b>(2.375)</b>



## 11 - Imobilizado

### a) Composição

	Taxa Anual de Depreciação %	Consolidado			Controladora		
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		Terrenos	-	37.427	37.427	45.320	3.265
Instalações	20	204.133	204.128	140.333	8.267	7.423	2.318
Equipamentos de campo e auxiliar	20	70.000	67.877	48.609	40.117	37.624	11.140
Veículos	20	226.152	242.147	208.762	114.547	129.613	83.287
Provisão p/ fechamento de aterros	Divs.	35.459	25.582	18.827	3.764	5.429	6.197
Outras imobilizações	10	104.576	79.851	106.438	13.676	14.107	12.783
		677.747	657.012	568.289	183.636	197.461	118.990
Menos:							
Depreciações acumuladas		(323.160)	(285.793)	(289.285)	(93.058)	(95.575)	(91.173)
		<u>354.587</u>	<u>371.219</u>	<u>279.004</u>	<u>90.578</u>	<u>101.886</u>	<u>27.817</u>

### b) Movimentação

Controladora	Saldos em				Saldos em
	31.12.2022	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	31.12.2023
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	6.145	37	(37)	(850)	5.295
Equipamentos de campo e auxiliar	26.565	2.761	(92)	(6.191)	23.043
Veículos	50.778	8.809	(298)	(13.751)	45.537
Aterros - Provisão p/ desmobilização	3.686	971	(2.636)	(126)	1.895
Outras imobilizações	11.447	1.637	(1.098)	(444)	11.542
	<u>101.886</u>	<u>14.215</u>	<u>(4.161)</u>	<u>(21.362)</u>	<u>90.578</u>

Controladora	Saldos em				Saldos em
	31.12.2021	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	31.12.2022
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	1.272	5.949	(844)	(232)	6.145
Equipamentos de campo e auxiliar	1.350	27.235	(6)	(2.014)	26.565
Veículos	7.585	51.038	(185)	(7.660)	50.778
Aterros - Provisão p/ desmobilização	4.865	105	(874)	(410)	3.686
Outras imobilizações	9.480	2.533	(236)	(330)	11.447
	<u>27.817</u>	<u>86.860</u>	<u>(2.145)</u>	<u>(10.646)</u>	<u>101.886</u>

Controladora	Saldos em				Saldos em
	31.12.2020	Aquisição	Baixa	(-) Depreciação	31.12.2021
Terrenos	3.265	-	-	-	3.265
Instalações	1.505	-	-	(233)	1.272
Equipamentos de campo e auxiliar	1.430	405	(7)	(478)	1.350
Veículos	12.008	79	(66)	(4.436)	7.585
Aterros - Provisão p/ desmobilização	4.033	1.280	-	(448)	4.865
Outras imobilizações	9.644	188	(18)	(334)	9.480
	<u>31.885</u>	<u>1.952</u>	<u>(91)</u>	<u>(5.929)</u>	<u>27.817</u>

<b>Consolidado</b>	<b>Saldos em</b>				<b>Saldos em</b>
	<b>31.12.2022</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>(-) Depreciação</b>	<b>31.12.2023</b>
Terrenos	47.757	-	-	-	47.757
Instalações	86.608	43	(36)	(11.096)	75.517
Equipamentos de campo e auxiliar	44.559	3.549	(344)	(11.051)	36.714
Veículos	100.327	8.845	(309)	(32.734)	76.129
Aterros - Provisão p/ desmobilização	19.909	12.512	(2.636)	(2.431)	27.354
Outras imobilizações	72.059	26.945	(1.963)	(5.925)	91.117
	<b>371.219</b>	<b>51.894</b>	<b>(5.288)</b>	<b>(63.237)</b>	<b>354.587</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Saldos em</b>				<b>Saldos em</b>
	<b>31.12.2021</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>(-) Depreciação</b>	<b>31.12.2022</b>
Terrenos	45.321	17.469	(15.033)	-	47.757
Instalações	67.911	53.418	(27.990)	(6.731)	86.608
Equipamentos de campo e auxiliar	25.583	28.229	(1.153)	(8.100)	44.559
Veículos	80.308	48.735	(758)	(27.958)	100.327
Aterros - Provisão p/ desmobilização	14.995	7.627	(874)	(1.839)	19.909
Outras imobilizações	44.886	45.765	(14.223)	(4.369)	72.059
	<b>279.004</b>	<b>201.243</b>	<b>(60.031)</b>	<b>(48.997)</b>	<b>371.219</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Saldos em</b>				<b>Saldos em</b>
	<b>31.12.2020</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Baixa</b>	<b>(-) Depreciação</b>	<b>31.12.2021</b>
Terrenos	45.321	-	-	-	45.321
Instalações	74.959	1.710	(1.938)	(6.820)	67.911
Equipamentos de campo e auxiliar	27.778	6.081	(389)	(7.887)	25.583
Veículos	56.554	48.170	(3.635)	(20.781)	80.308
Aterros - Provisão p/ desmobilização	12.798	3.498	-	(1.301)	14.995
Outras imobilizações	33.023	17.581	(6.158)	440	44.886
	<b>250.433</b>	<b>77.040</b>	<b>(12.120)</b>	<b>(36.349)</b>	<b>279.004</b>

## 12 - Fornecedores

### a) Circulante

	<b>Consolidado</b>			<b>Controladora</b>		
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
		<b>(Reapresentado)</b>	<b>(Reapresentado)</b>		<b>(Reapresentado)</b>	<b>(Reapresentado)</b>
Fornecedores nacionais (i)	68.670	65.323	56.238	25.968	17.863	16.109
	<b>68.670</b>	<b>65.323</b>	<b>56.238</b>	<b>25.968</b>	<b>17.863</b>	<b>16.109</b>

### b) Não Circulante

	<b>Consolidado</b>			<b>Controladora</b>		
	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2023</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>
		<b>(Reapresentado)</b>	<b>(Reapresentado)</b>		<b>(Reapresentado)</b>	<b>(Reapresentado)</b>
Fornecedores nacionais (i)	29.196	32.262	38.654	1.842	1.844	3.767
	<b>29.196</b>	<b>32.262</b>	<b>38.654</b>	<b>1.842</b>	<b>1.844</b>	<b>3.767</b>

(i) Representado basicamente por faturas em aberto de fornecedores de insumos e serviços utilizado nas operações da Companhia e de suas controladas.

## 13 - Empréstimos e Financiamentos

### a) Circulante

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	Consolidado			Controladora		
			31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
Banco Bradesco S.A.	Finame	TJLP	15	642	642	15	566	566
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	CDI	7.516	16.188	15.228	2.225	2.030	1.353
Caterpillar Financial S.A.	CDC	CDI	4.022	3.969	3.699	2.245	1.771	708
Banco Volkswagen S.A.	CDC	CDI	25.456	30.720	21.992	7.323	5.813	-
Banco Daycoval S.A.	CDC	CDI	8.206	8.747	10.035	5.361	53	82
Banco do Nordeste S.A.	CDC	CDI	15.597	1.184	3.339	12.657	-	-
Banco Santander S.A.	Finame	TJLP	140	316	445	140	316	445
BNDES - Financiamentos	Financiamento	TJLP	1.662	4.129	5.830	-	-	-
MAC3 / HF LOG (i)	Arrendamento	-	12.046	10.828	10.781	-	-	-
Banco Jonh Deere S.A.	CDC	CDI	1.152	1.351	772	581	557	-
Banco Fibra S.A.	Capital de Giro	CDI	16.787	-	6.255	-	-	-
Banco Quatá	Nota Comercial	CDI	6.009	-	-	6.009	-	-
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	2.975	-	-	2.975	-	-
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	4.806	-	-	4.806	-	-
<b>Total</b>			<b>106.389</b>	<b>78.074</b>	<b>79.018</b>	<b>44.337</b>	<b>11.106</b>	<b>3.154</b>

(i) Atualizado pelo mesmo índice de correção da tarifa da PMSP em outubro de cada ano, utilizando como garantia da operação os próprios bens.

b) Não Circulante

Agente Financeiro	Modalidade	Encargos	31.12.2022			31.12.2021		
			31.12.2023	(Reapresentado)	(Reapresentado)	31.12.2023	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Banco Bradesco S.A.	Finame	TJLP	-	15	658	-	15	581
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	CDI	13.365	20.056	18.099	7.715	9.587	1.451
Caterpillar Financial S.A.	CDC	CDI	11.475	15.487	5.040	10.799	13.226	482
Banco Volkswagen S.A.	CDC	CDI	30.201	53.375	41.276	24.881	31.835	-
Banco Daycoval S.A.	CDC	CDI	15.272	3.053	11.524	15.041	76	86
Banco do Nordeste S.A.	CDC	CDI	20.628	7.723	1.968	14.846	-	-
Banco Santander S.A.	Finame	TJLP	-	213	710	-	213	710
BNDES - Financiamentos	Financiamento	TJLP	-	1.644	5.853	-	-	-
MAC3 / HF LOG (i)	Arrendamento	-	-	12.095	22.532	-	-	-
Banco Jonh Deere S.A.	CDC	CDI	2.943	2.759	1.789	2.407	1.764	-
Banco Fibra S.A.	Capital de Giro	CDI	3.333	-	-	-	-	-
Banco Quata	Nota Comercial	CDI	9.000	-	-	9.000	-	-
Banco Sofisa	Capital de Giro	CDI	5.130	-	-	5.130	-	-
Banco Pine	Nota Comercial	CDI	7.200	-	-	7.200	-	-
<b>Total</b>			<b>118.547</b>	<b>116.420</b>	<b>109.449</b>	<b>97.019</b>	<b>56.716</b>	<b>3.310</b>

(i) Atualizado pelo mesmo índice de correção da tarifa da PMSP em outubro de cada ano, utilizando como garantia da operação os próprios bens.

**c) Financiamento por vencimento**

		<u>31.12.2023</u>		<u>31.12.2022 (Reapresentado)</u>		<u>31.12.2021 (Reapresentado)</u>	
		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Curto Prazo				Curto Prazo		Curto Prazo	
2024		<b>106.389</b>	<b>44.337</b>	2023	<b>78.074</b>	2022	<b>79.018</b>
							<b>3.154</b>
Longo Prazo				Longo Prazo		Longo Prazo	
2025		59.378	42.323	2024	55.683	2023	86.268
2026		41.334	38.018	2025	27.445	2024	15.502
2027		14.863	13.706	2026	19.709	2025	6.642
2028		2.972	2.972	2027	13.583	2026	1.037
<b>Total</b>		<b>118.547</b>	<b>97.019</b>	<b>Total</b>	<b>116.420</b>	<b>Total</b>	<b>109.449</b>
							<b>3.310</b>

#### d) Movimentação

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>184.456</b>	<b>21.921</b>
Captações	88.241	128
Juros	23.911	846
Pagamento de principal	(89.011)	(15.585)
Pagamento de juros	(19.130)	(846)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>188.467</b>	<b>6.464</b>
Captações	82.860	64.222
Juros	44.904	5.232
Pagamento de principal	(76.310)	(2.864)
Pagamento de juros	(45.427)	(5.232)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>194.494</b>	<b>67.822</b>
Captações	118.646	87.645
Juros	54.862	17.125
Pagamento de principal	(84.710)	(14.111)
Pagamento de juros	(58.356)	(17.125)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>224.936</b>	<b>141.356</b>

#### Covenants

A Companhia e suas controladas Ecovital e Titara são requeridas, devido ao financiamento com o BNDES e Agentes Financeiros, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício. Todas as cláusulas restritivas quantitativas referentes aos contratos foram integralmente cumpridas pela Companhia e pela controlada Titara em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. A controlada Ecovital não cumpriu os covenants requeridos pelo BNDES em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. O descumprimento não ensejou quaisquer penalidades para a Companhia e sua controlada.

#### Garantias

As garantias dos contratos de financiamento são os próprios bens financiados.

## 14 - Obrigações Tributárias

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Obrigações fiscais sobre o faturamento (i)	7.018	14.089	10.668	3.022	3.932	2.851
Obrigações fiscais sobre o lucro (ii)	4.291	7.571	7.715	-	-	-
Obrigações fiscais retidas na fonte	3.193	3.355	3.053	1.054	877	714
Obrigações fiscais de terceiros	84	70	23	-	-	-
	<b>14.586</b>	<b>25.085</b>	<b>21.459</b>	<b>4.076</b>	<b>4.809</b>	<b>3.565</b>

(i) Referem-se ao ISS, PIS e COFINS sobre a receita bruta.

(ii) Referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro.

## 15 - Salários e Obrigações Sociais

Circulante	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Salários a pagar	36.811	33.663	29.640	8.728	7.636	6.869
Encargos sociais a pagar	1.350	-	-	6.453	5.635	5.167
Provisão de férias e encargos	60.270	56.359	52.280	19.966	17.895	16.930
	<b>98.431</b>	<b>90.022</b>	<b>81.920</b>	<b>35.147</b>	<b>31.166</b>	<b>28.966</b>

Não Circulante	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Provisão para Encargos Sociais (i)	42.952	38.421	35.722	-	-	-
	<b>42.952</b>	<b>38.421</b>	<b>35.722</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(i) A controlada EcoUrbis completou em 2023 seu décimo nono ano de concessão, para um total de 20 anos. Considerando o tempo de contrato cumprido, a Administração tem constituído no passivo não circulante, uma provisão referente a encargos sociais a seus colaboradores, que servirá para uma eventual necessidade de indenizações ao término de contrato em 2024, caso ele não seja renovado.

## 16 - Tributos Diferidos

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	25.600	27.124	13.004	12.552	12.382	13.004
Programa de Integração Social - PIS (i)	8.128	5.817	2.822	2.724	2.687	2.822
Imposto sobre serviços - ISS (i)	4.767	5.412	-	-	-	-
Impostos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) (ii)	148.868	82.348	38.287	9.198	9.160	9.498
Impostos sobre reequilíbrio contratual (iii)	126.516	-	-	-	-	-
	<u>313.879</u>	<u>120.701</u>	<u>54.113</u>	<u>24.474</u>	<u>24.229</u>	<u>25.324</u>

(i) Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais serão realizados, quando da ocorrência dos correspondentes fatos geradores. Com base nas projeções de resultado elaboradas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a expectativa de realização dos referidos créditos tributários ocorrerá a partir do exercício de 2024.

(ii) Passivos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL) está relacionado aos lucros não realizados e são decorrentes de valores a receber oriundo dos contratos com órgãos públicos, com base na legislação fiscal vigente, e a expectativa de realização é a partir do exercício de 2024.

(iii) Passivos fiscais diferidos sobre os registros de reequilíbrio contratual realizados pela controlada EcoUrbis.

## 17 - Ônus da concessão

O Termo de Compromisso Ambiental, firmado em 26 de outubro de 2007 pela controlada EcoUrbis, prevê o pagamento mensal à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP Regula), mediante retenção na fatura mensal, de ônus decorrente da concessão, que corresponde a 5% da receita bruta mensal auferida pela Companhia. Esse pagamento ocorre mediante retenção na fatura de serviços. Em dezembro de 2023, foi registrada a provisão de ônus da concessão sobre o reequilíbrio contratual.

## 18 - Provisão para Riscos Judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos judiciais.



No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas atualizaram seu julgamento perante os processos que estão sob sua custódia, considerados como perdas prováveis, conforme demonstrado abaixo:

Contingências	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Trabalhistas (i)	15.595	24.310	13.751	9.618	18.172	7.796
Cíveis (ii)	6.301	22.901	15.254	2.389	19.165	11.717
Outras (iii)	57.018	50.020	30.301	-	-	-
	<b>78.914</b>	<b>97.231</b>	<b>59.306</b>	<b>12.007</b>	<b>37.337</b>	<b>19.513</b>

(i) A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos.

(ii) A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações indenizatórias, ajuizadas por terceiros e órgãos fiscalizadores, envolvendo pedidos de danos materiais e morais.

(iii) A controlada EcoUrbis desde setembro de 2012 tem realizado depósitos referentes ao processo nº 0016428-51.2012.4.03.6100, na ação de consignação em pagamento, para que seja identificado o credor das contribuições e questionar o adicional SENAI que nos tem sido exigido. A EcoUrbis na qualidade de empresa prestadora de serviço público está obrigada a recolher as contribuições sociais gerais ao Serviço Social do Comercio - SESC e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

## Movimentação

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldo inicial	97.231	59.306	48.204	37.337	19.513	16.725
Provisão	-	40.816	13.144	-	17.824	2.788
(-) Pagamento	(136)	(2.891)	(2.042)	-	-	-
(-) Reversão	(18.181)	-	-	(25.330)	-	-
Saldo final	<b>78.914</b>	<b>97.231</b>	<b>59.306</b>	<b>12.007</b>	<b>37.337</b>	<b>19.513</b>

Os depósitos judiciais recursais, a disposição do juízo, realizados pela Companhia e suas controladas para permitir a interposição de recurso nos processos trabalhistas, cíveis e fiscais em que figura como parte interessada.

Os depósitos judiciais são compostos por:

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Trabalhistas	9.104	7.874	6.718	5.852	5.143	4.406
Cíveis	48.359	46.487	37.310	46.497	45.000	34.482
Fiscais	47.737	38.782	29.226	100	101	101
	<b>105.200</b>	<b>93.143</b>	<b>73.254</b>	<b>52.449</b>	<b>50.244</b>	<b>38.989</b>

Em 31 de dezembro de 2023 existem R\$ 26.530 em processos cujo prognóstico de perda foi classificado como possível pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, não sendo necessário o registro de provisão.

## 19 - Provisão para Desmobilização de Aterros

A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da Companhia e de suas controladas Macaúbas Meio Ambiente S.A. e Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A. com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a Lei NBR nº 13.896/1997. Portanto, a Companhia e suas controladas registram como a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização.

A Companhia e suas controladas constituíram, com base nas informações recebidas de seus engenheiros e na experiência anterior, provisão para desmobilização e fechamento de aterros (*Asset Retirement Obligation – ARO*) com base na NBR nº 13.896/1997. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo total da provisão constituída foi de R\$ 33.887 (R\$ 25.282 em 2022 e R\$ 18.828 em 2021).

## 20 - Patrimônio Líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, 2022 e de 2021 é de R\$ 196.203 e está representado por 11.027.060 (onze milhões vinte e sete mil e sessenta) ações todas nominativas, sem valor nominal, sendo 6.729.518 (seis milhões setecentos e vinte e nove mil quinhentos e dezoito) ações ordinárias e 4.297.542 (quatro milhões duzentos e noventa e sete mil quinhentos e quarenta e duas) ações preferenciais.

O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Totais	
	Quantidade	Participação	Quantidade	Participação	Ações	Participação
Queiroz Galvão S/A	3.380.338	50,23%	-	-	3.380.338	30,65%
Gama FIP	3.349.180	49,77%	4.297.542	100,00%	7.646.722	69,35%
<b>Total</b>	<b>6.729.518</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.297.542</b>	<b>100,00%</b>	<b>11.027.060</b>	<b>100,00%</b>

## **b) Reserva de capital**

Em 22 de dezembro de 2015 a Companhia realizou Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovando aumento do Capital Social no valor de R\$ 69.634, mediante a emissão de 934.749 (novecentas e trinta e quatro mil setecentas e quarenta e nove) novas ações ordinárias e 596.942 (quinhentas e noventa e seis mil novecentas e quarenta e duas) novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, sendo que do preço das novas emissões, o montante de R\$ 48.068 foi destinado à conta de capital social e, o saldo, no valor de R\$ 21.566 foi destinado a reserva de capital, a título de ágio na subscrição das novas ações.

## **c) Reserva legal**

O Estatuto prevê no caput do Artigo 20 que do lucro líquido apurado no exercício serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

## **d) Reserva de retenção lucros**

Em conformidade com artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia constituiu Reserva de Retenção de Lucros com base no orçamento de capital após as destinações legais conforme proposta da Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO). A proposta de constituição de Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 213.733 em 31 de dezembro de 2023, visa fazer frente ao plano de investimento para os próximos 5 anos, substancialmente relacionada ao plano de construção de novas Unidades de Tratamento de Resíduos. O montante dos lucros retidos conforme proposta de orçamento de capital, será destinado para investimentos em obrigações contratuais das concessões, aquisição de ativos (Centrais de Tratamento de Resíduos) e renovação da frota, que tem como objetivo o aumento da capacidade de coleta e disposição final de resíduos sólidos e o aproveitamento energético através da geração de energia elétrica a partir do biogás gerado em algumas de suas CTR's (Centrais de Tratamento de Resíduos).

## **e) Resultado por ação**

	<u>Resultado do Exercício</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Resultado por ação - em R\$</u>
31.12.2023	263.733	11.027.060	23,92
31.12.2022	141.844	11.027.060	12,87
31.12.2021	99.071	11.027.060	8,98

## **f) Dividendos**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 3% do resultado do exercício ajustado na forma da Lei.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>31.12.2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Resultado do exercício	263.092	141.884	99.071
(-) Reserva legal (5%)	-	-	-
<b>Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>263.092</b>	<b>141.884</b>	<b>99.071</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	7.912	4.257	2.972
Dividendos adicionais propostos	42.088	79.743	96.099
Total de dividendos propostos	<u>50.000</u>	<u>84.000</u>	<u>99.071</u>

Os dividendos declarados por classe de ação foram:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>31.12.2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Dividendo por ação ordinária	30.514	51.263	60.460
<b>Total</b>	<b><u>30.514</u></b>	<b><u>51.263</u></b>	<b><u>60.460</u></b>
Dividendo por ação preferencial	19.486	32.737	38.611
<b>Total</b>	<b><u>19.486</u></b>	<b><u>32.737</u></b>	<b><u>38.611</u></b>

#### **g) Reserva de retenção de lucros para investimentos**

Em conformidade com artigo 20 do Estatuto Social e do artigo 192 da Lei 6.404/76, a Companhia pode destinar o saldo remanescente dos lucros após a destinação para reserva legal e pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios à constituição de Reserva de Investimentos. Nos termos do parágrafo 2o do Artigo 20 do Estatuto Social, a Reserva de Investimentos tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, a recompra de ações de própria emissão pela Companhia ou o pagamento de dividendos futuros (ou suas antecipações) aos acionistas. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas no Artigo 20 do Estatuto, sendo certo que a proposta da Administração levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou sempre que a administração da Companhia entender que o saldo da Reserva de Investimentos excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral ou o Conselho de Administração, conforme o caso, poderá determinar sua aplicação total ou parcial no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das S.A.

## 21 - Receita Operacional Líquida

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2021
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita Bruta de Serviços	2.001.910	1.923.885	1.491.791	501.361	438.601	435.933
Receita Bruta de Construção (ICPC 01)	69.449	73.630	124.462	-	-	-
Receita de Reivindicações e Reequilíbrio Contratual	464.519	-	-	-	-	-
Receita de Locação	40.868	16.985	4.443	50.520	18.761	14.190
<b>Total de Receita Bruta</b>	<b>2.576.746</b>	<b>2.014.500</b>	<b>1.620.696</b>	<b>551.881</b>	<b>457.362</b>	<b>450.123</b>
(-) Impostos sobre faturamento	(428.290)	(293.680)	(234.023)	(72.540)	(62.066)	(61.300)
<b>Total de Impostos s/ Faturamento</b>	<b>(428.290)</b>	<b>(293.680)</b>	<b>(234.023)</b>	<b>(72.540)</b>	<b>(62.066)</b>	<b>(61.300)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.148.456</b>	<b>1.720.820</b>	<b>1.386.673</b>	<b>479.341</b>	<b>395.296</b>	<b>388.823</b>

(i) O complemento da receita de reequilíbrio contratual e reivindicações registrado na controlada EcoUrbis conforme negociação efetuada com o poder concedente (vide nota explicativa nº 6(i)).

## 22 - Custos dos Serviços Prestados

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
Insumos	(165.994)	(204.170)	(136.120)	(69.521)	(77.485)	(61.925)
Pessoal	(701.168)	(631.881)	(582.213)	(250.898)	(221.343)	(217.628)
Custos de construção (ICPC 01)	(38.533)	(73.675)	(97.038)	(1.100)	-	-
Locação	(98.142)	(65.146)	(79.425)	(47.565)	(24.628)	(27.061)
Serviços de terceiros	(137.663)	(94.808)	(34.181)	(21.035)	(14.949)	(13.175)
Equipamentos	(43.200)	(32.986)	(32.850)	(10.933)	(9.876)	(8.873)
Ônus da concessão	(98.343)	(56.844)	(41.085)	-	-	-
Depreciação	(56.135)	(45.022)	(34.996)	(20.570)	(10.210)	(5.611)
Impostos e taxas	(14.614)	6.540	(4.827)	(5.457)	(4.424)	(3.469)
Outros	(42.114)	(64.252)	(70.798)	(7.581)	(10.922)	(7.468)
	<b>(1.395.906)</b>	<b>(1.262.244)</b>	<b>(1.113.533)</b>	<b>(434.660)</b>	<b>(373.837)</b>	<b>(345.210)</b>

## 23 - Despesas Administrativas

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
Pessoal	(47.237)	(53.471)	(44.926)	(22.998)	(26.687)	(22.719)
Serviços de terceiros	(27.450)	(24.327)	(20.699)	(16.004)	(16.802)	(14.042)
Locação	(2.514)	(1.632)	(1.212)	(1.584)	(621)	(979)
Tributárias	(2.016)	(6.304)	(5.072)	(841)	(306)	(442)
Viagens	(1.699)	(1.322)	(708)	(1.020)	(768)	(462)
Indedutíveis	(2.612)	(3.716)	(4.689)	(418)	(542)	(1.102)
Gerais	(3.787)	(12.586)	(13.868)	(3.951)	(4.580)	(3.875)
	<b>(87.315)</b>	<b>(103.358)</b>	<b>(91.174)</b>	<b>(46.816)</b>	<b>(50.306)</b>	<b>(43.621)</b>

## 24 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
Outras Receitas						
Ganho na alienação de ativo imobilizado	12.931	25.481	17.531	11.961	3.880	545
Ganho na alienação de ativo intangível (i)	8.237	3.423	-	8.237	3.423	-
Eventuais	2.920	1.857	3.568	1.617	1.182	377
<b>Total</b>	<b>24.088</b>	<b>30.761</b>	<b>21.099</b>	<b>21.815</b>	<b>8.485</b>	<b>922</b>
Outras Despesas						
(Provisão)/reversão para devedores duvidosos	-	(6.034)	1.695	-	(6.034)	1.695
Perda no recebimento de clientes (ii)	(132.938)	-	-	(5.005)	-	-
(Provisão)/reversão para contingências	18.748	(18.895)	(3.070)	25.330	(17.824)	(2.788)
Outras	(2.420)	(448)	(1.021)	(126)	-	-
<b>Total</b>	<b>(116.610)</b>	<b>(25.377)</b>	<b>(2.396)</b>	<b>20.199</b>	<b>(23.858)</b>	<b>(1.093)</b>
<b>Outas Receitas (Despesas) Líquidas</b>	<b>(92.522)</b>	<b>5.384</b>	<b>18.703</b>	<b>42.014</b>	<b>(15.373)</b>	<b>(171)</b>

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia realizou vendas de Créditos de Carbono através da Redução Certificada de Emissões (RCEs).

(ii) Em 22 de dezembro de 2023 a SP REGULA aprovou a minuta do Termo Aditivo-Modificativo (TAM) e de seus anexos, a partir da conclusão do reequilíbrio econômico-financeiro da investida EcoUrbis, conforme consta nos anexos do TAM, a administração da EcoUrbis realizou as baixas de recebíveis para perda, pela renúncia de valores que estavam suspensos de recebimento no montante de R\$ 127.933. No exercício de 2023 a Companhia efetuou as baixas de recebíveis para perda no montante de R\$ 5.005 decorrente do Termo de Transação Extrajudicial firmado com o município de Foz do Iguaçu, que por meio de concessões mútuas, resolveram finalizar os litígios administrativos que existiam entre as partes.

## 25 - Receitas e Despesas Financeiras

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
Receitas Financeiras						
Sobre aplicações financeiras	48.855	25.988	11.137	7.404	1.935	111
Juros	6.129	20.361	4.843	2.306	7.841	46
<b>Total</b>	<b>54.984</b>	<b>46.349</b>	<b>15.980</b>	<b>9.710</b>	<b>9.776</b>	<b>157</b>
Despesas Financeiras						
Bancária	(5.594)	(1.101)	(734)	(763)	(100)	(56)
Juros	(7.121)	(9.912)	(14.167)	(2.971)	(1.641)	(1.018)
Encargos s/ financiamentos	(63.549)	(49.681)	(24.140)	(17.125)	(5.120)	(859)
<b>Total</b>	<b>(76.264)</b>	<b>(60.694)</b>	<b>(39.041)</b>	<b>(20.859)</b>	<b>(6.861)</b>	<b>(1.933)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(21.280)</b>	<b>(14.345)</b>	<b>(23.061)</b>	<b>(11.149)</b>	<b>2.915</b>	<b>(1.776)</b>



## 26 - Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

### a) Consolidado

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>31.12.2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	547.871	343.627	175.233
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas nominais (34%)	(270.004)	(183.508)	(97.528)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:			
Adições	(48.625)	(22.605)	(8.989)
Exclusões	219.533	114.937	51.017
Efeito da tributação pelo lucro presumido	6.405	5.712	6.986
Efeito da compensação da base negativa	2.907	(2.616)	(2.688)
Incentivos fiscais	1.556	715	-
Outros	348	(9)	(468)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(87.880)</u>	<u>(87.374)</u>	<u>(51.670)</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(87.880)	(87.374)	(51.670)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	<u>(76.091)</u>	<u>(38.190)</u>	<u>4.131</u>
	<u>(163.971)</u>	<u>(125.564)</u>	<u>(47.539)</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	16,04%	25,43%	29,49%

### b) Controladora

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>31.12.2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	265.423	141.545	94.706
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas nominais (34%)	(90.244)	(48.125)	(32.200)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:			
Adições	(4.925)	(10.338)	(3.688)
Exclusões	91.707	63.951	40.120
Efeito da compensação da base negativa	1.039	(5.162)	(3.422)
Outros	131	(325)	(810)
Base negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(2.293)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(2.293)	-	-
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	<u>(38)</u>	<u>339</u>	<u>4.365</u>
	<u>(2.331)</u>	<u>339</u>	<u>4.365</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,86%	0,00%	0,00%

## 27 - Gestão de Riscos Financeiros

## **a) Considerações Gerais**

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia e de suas controladas. A Administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia e de suas controladas.

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia e de suas controladas concentram-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios da Companhia e de suas controladas.

## **b) Gerenciamentos de Riscos**

A Companhia e suas controladas estão expostas: (a) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (b) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (c) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

### ***(i) Riscos de liquidez***

A “política de aplicações financeiras” estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas prevê a contratação, em sua maioria, de aplicações financeiras em renda fixa com instituições financeiras de 1ª linha.

### ***(ii) Riscos de mercado e juros***

A Companhia e suas controladas adotam políticas conservadoras de aplicação e captação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas são realizadas com instituições financeiras de 1ª linha, mantidas substancialmente em operações vinculadas aos juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As captações para empréstimos e financiamentos são realizadas dentro do padrão de taxa de juros estabelecido pelo mercado.

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Companhia apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros para sua exposição líquida dos instrumentos financeiros contratados e atrelados à variação do CDI.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado, levando em consideração a exposição líquida.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Companhia, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e empréstimos contratados, utilizando fundamentalmente os dados.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Companhia na gestão financeira.

<b>Instrumento Financeiro</b>	<b>Indexador</b>	<b>Taxa de juros a.a.</b>	<b>Posição em 31.12.2023</b>	<b>Cenário razoavelmente possível</b>	<b>Exposição</b>
Aplicações financeiras líquidez imediata (nota 4)	CDI	13,04%	212.347	9,25%	(8.048)
Aplicações financeiras vinculadas (nota 5)	102% do CDI	13,30%	65.665	9,44%	(2.538)
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	CDI	13,04%	(224.936)	9,25%	8.525
<b>Exposição líquida</b>			<b>53.076</b>		<b>(2.061)</b>

### ***(iii) Risco de crédito***

A Companhia e suas controladas possuem como clientes, majoritariamente, órgãos públicos municipais, o que reduz sensivelmente seu risco de crédito, mantendo, assim, garantias suficientes para mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

## **28 - Informação por segmento**

O Grupo considera quatro segmentos reportáveis, considerando os mais representativos, denominados “Coleta”, “Destinação Final”, “Gestão Integrada” e “Venda de Biogás e Crédito de Carbono”. A Administração realiza a tomada de decisões relativas ao planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos com bases em relatórios que indicam os segmentos de forma consolidada, onde as transações entre as partes relacionadas são eliminadas. Assim, para melhor representar a posição e resultado de cada segmento para tomada de decisões os montantes e transações são apresentados líquidos.

O seguinte resumo descreve, conforme CPC 22 – Informações por segmento (IFRS 8), as operações em cada um dos segmentos que o Grupo diversifica em suas análises e reportes aos seus administradores e acionistas:

**Segmento Coleta:** A Companhia recebe um valor por tonelada coletada. Esses contratos são regidos pela Lei nº 8.666/1993, ou pela Lei nº 14.133/2021. Aproximadamente 12% da receita da Companhia provém dessa modalidade.

**Segmento Destinação Final:** A Companhia recebe um valor por tonelada processada em suas Centrais de Tratamento de Resíduos. Essa modalidade é responsável por 7% da receita da Companhia, e 95% dessa receita advém de contratos de Concessão ou PPP.

**Segmento Gestão Integrada:** A Companhia recebe uma tarifa fixa mensal para executar todos os serviços de limpeza pública de determinado município por meio de um contrato de Concessão ou PPP. Atualmente, a Companhia e suas investidas executam 08 contratos nessa modalidade, que representam aproximadamente 81% de suas receitas.

**Venda de Biogás e Crédito de Carbono:** O biogás gerado nas centrais de tratamento de resíduos que é vendido para as empresas parceiras geradoras de energia gera a receita pela venda do produto, bem como a receita pela constituição do crédito de carbono, uma vez que ao ser utilizado como combustível para geração de energia, esse gás deixa de ser emitido na atmosfera. Embora represente apenas 0,5% da receita da Companhia, essas atividades têm relevância na composição do resultado e da geração e caixa da Companhia e de suas investidas.

	<u>Coleta</u>			<u>Destinação Final</u>			<u>Gestão Integrada</u>			<u>Biogás</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Receita operacional líquida	255.786	204.892	199.290	142.124	126.922	104.464	1.739.438	1.378.846	1.071.083	11.107	10.161	11.836	2.148.456	1.720.820	1.386.672
(-) Custo dos serviços prestados	<u>(239.898)</u>	<u>(215.016)</u>	<u>(190.272)</u>	<u>(118.326)</u>	<u>(98.061)</u>	<u>(88.845)</u>	<u>(1.037.682)</u>	<u>(949.169)</u>	<u>(834.195)</u>	-	-	(220)	<u>(1.395.906)</u>	<u>(1.262.244)</u>	<u>(1.113.532)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<b><u>15.888</u></b>	<b><u>(10.124)</u></b>	<b><u>9.018</u></b>	<b><u>23.798</u></b>	<b><u>28.861</u></b>	<b><u>15.619</u></b>	<b><u>701.756</u></b>	<b><u>429.677</u></b>	<b><u>236.888</u></b>	<b><u>11.107</u></b>	<b><u>10.161</u></b>	<b><u>11.616</u></b>	<b><u>752.550</u></b>	<b><u>458.576</u></b>	<b><u>273.140</u></b>
(-) Despesas operacionais													(183.399)	(100.604)	(74.846)
(-) Resultado financeiro													(21.280)	(14.345)	(23.061)
(-) Imposto de renda e da contribuição social													(163.971)	(130.424)	(47.539)
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>													<b><u>383.900</u></b>	<b><u>213.203</u></b>	<b><u>127.694</u></b>

## 29 - Seguros

Por exigência contratual, a Companhia e suas controladas mantêm cobertura de seguros para garantir a execução dos contratos.

A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas em seus contratos. Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados, conforme descrito abaixo:

Unidade de Gestão	Riscos	Vigência	31/12/2023	
			Importância Segurada	Prêmio
Matriz	AIG Seguros Brasil	31/01/2023 à 31/01/2024	10.500	123
Recife - Trabalhista	Pottencial	13/09/2021 à 13/09/2024	218	3
Recife - EMLURB	Pottencial	29/03/2022 à 28/04/2027	29.700	232
Vitória	Pottencial	05/12/2023 à 02/06/2024	64.359	13
Campos dos Goytacazes	Junto Seguros	24/01/2024 à 24/01/2025	854	2
Ipatinga	SMA-SESUMA	03/11/2023 à 03/11/2024	1.640	3
Ipatinga	Pottencial	21/06/2023 à 21/06/2024	187	1
Juiz de Fora	Junto Seguros	28/02/2023 à 28/02/2024	13.084	26
Foz do Iguaçu	Pottencial	28/08/2023 à 28/08/2024	2.321	5
AMA	Seguro Executor - Pottencial	01/07/2023 à 01/07/2024	10.514	24
AMA	Responsabilidade Civil - Fairfax	26/08/2023 à 26/08/2024	1.000	23
EBMA	Seguro garantia - Contrato de concessão	06/09/2023 à 05/09/2024	525	2
Econit	Seguro Executor – CLIN	04/07/2023 à 04/07/2024	8.039	19
EcoÚrbis	Seguro garantia - Contrato de concessão	29/11/2022 à 29/11/2023	101.431	173
EcoÚrbis	Responsabilidade civil facult. de veículos - 1º risco	29/11/2022 à 29/11/2023	53.400	792
EcoÚrbis	Responsabilidade civil facult. de veículos - 2º risco	29/11/2022 à 29/11/2023	585.900	65
EcoÚrbis	Responsabilidade civil facult. de veículos - Caminhões comboio	29/11/2022 à 29/11/2023	1.323	8
EcoÚrbis	Responsabilidade civil facult. de veículos - Agilix casco	29/11/2022 à 29/11/2023	8.125	87
EcoÚrbis	Seguro empresarial - Central Mecanizada de Triagem (CMT)	29/11/2022 à 29/11/2023	32.565	94
EcoÚrbis	Seguro empresarial - Usina de Tratamento (UTRSS)	29/11/2022 à 29/11/2023	31.649	94
EcoÚrbis	Seguro empresarial	29/11/2022 à 29/11/2023	63.700	153
EcoÚrbis	Responsabilidade Civil Geral	29/11/2022 à 29/11/2023	22.400	199
Ecovital	Seguro Empresarial - Fator	24/03/2023 à 24/03/2024	43.500	172
Juparanã	Seguro Executor – BMG Seguros	14/11/2023 à 14/11/2024	214	1
Macaúbas	Seguro Empresarial – Allianz	26/04/2023 à 26/04/2024	2.500	3
Macaúbas	Seguro de Responsabilidade Civil – Fairfax	15/12/2023 à 15/12/2024	8.500	27
Macaúbas	Seguro Executor – Pottencial	30/11/2023 à 29/11/2024	22.360	45
SLEA	Responsabilidade Civil - Execução PPP	05/05/2023 à 05/05/2024	3.775	10
SLEA	Equipamentos Gerais	04/11/2023 à 04/11/2024	500	1
Titara	Responsabilidade Civil	17/04/2023 à 17/04/2024	1.000	4
Titara	Empresarial	16/04/2023 à 16/04/2024	554	1
Titara	Agencia Executiva Metropolitana 06/2020	31/12/2023 à 31/12/2024	486	1

As premissas de riscos adotadas e os montantes informados, dada as suas naturezas, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

### 30 - Compliance

Em cumprimento às normas e regulamentações vigentes, a Companhia e suas controladas adotaram medidas para garantir conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis.

A Companhia e suas controladas estão comprometidas com a promoção da integridade em todas as suas operações e interações. Recentemente, coordenamos comitês de integridade para fortalecer nossos esforços nessa área e no segmento de atuação.

Como medidas para garantir a conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis a Companhia e suas controladas atuaram fortemente no segmento, com práticas comuns envolvendo sua cadeia de parceiros de negócios fomentando práticas como:

- Políticas e Procedimentos Internos;
- Treinamento e Conscientização;
- Monitoramento e Auditoria;
- Gestão de Riscos;
- Conformidade com Regulamentações Específicas;
- Relatórios e Documentação;
- Divulgação dos Canais de Denúncia e Ética.

Todas estas medidas têm como propósito promover uma cultura ética dentro da organização e engajamento dos nossos parceiros de negócios.

### 31 - Informações adicionais ao fluxo de caixa

A Companhia e a investida EcoUrbis realizaram atividades que não envolveram caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

	Consolidado			Controladora		
	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)	31.12.2021 (Reapresentado)
Dividendos a pagar - Passivo Circulante	43.837	111.395	40.822	7.912	4.257	2.972
Dividendos distribuídos - Patrimônio Líquido	(43.837)	(111.395)	(40.822)	(7.912)	(4.257)	(2.972)